



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

**DAS MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA: O PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO CONJUNTO
HABITACIONAL DA RPA- 4 NA IPUTINGA**

ROSANA MARIA COUTINHO DE SOUZA

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia Doméstica.

Recife
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

DAS MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL DA RPA 4 NA IPUTINGA

ROSANA MARIA COUTINHO DE SOUZA

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia Doméstica.

Linha de pesquisa: Ciências Sociais Aplicadas na área de Habitação.

Orientador(a): Prof^a Mr^a Ângela Maria Miguel

Banca Examinadora

Mr^a. Ângela Maria Miguel

Mr^a. Maria de Fátima Santiago

Dr^a Maria Alice Rocha

Recife
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S729d Souza, Rosana Maria Coutinho de

Das memórias para história: o processo de construção histórico e social do conjunto habitacional da RPA-4 na Iputinga / Rosana Maria Coutinho de Souza. – 2019.

84 f.: il.

Orientador: Ângela Maria Miguel.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia Doméstica) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Habitação popular - Recife (PE) 2. Conjuntos habitacionais
3. Política habitacional 4 Memória I. Miguel, Ângela Maria, orient.
II. Título

CDD 640

RESUMO

O presente trabalho, esta inserido na área de habitação e ergonomia. Para atender as proposições perseguidas, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico, bem como, visitas *in loco* com a finalidade de resgatar a história a partir das falas empíricas das beneficiárias do PAC. Enquanto problemas de pesquisa, temos as seguintes questões: Em que medida o projeto técnico social contribuiu para a emancipação social, empoderamento e rompimento das amarras na cultura patriarcal de mulheres negras e pobres no conjunto habitacional da RPA – 04 na Iputinga? Enquanto objetivo geral do trabalho temos: Avaliar o Projeto do Trabalho Técnico Social do Conjunto Habitacional da RPA – 04 Iputinga, e em que medida conseguiu o resultado proposto pela ONU- Habitat. Para os objetivos específicos temos os seguintes pontos: I – Contactar Lideranças do Conjunto Habitacional; II – Construiu a memória do conjunto habitacional estudado e III – Levantar o tempo do trabalho do agente técnico social no conjunto. A metodologia utilizada no campo foi: Pesquisa Exploratória Qualitativa, Entrevista guiada e optou-se também, pela gravação dos depoimentos. Nos resultados e discussão indentificou-se que as pessoas analisadas são público baixa renda, com baixo grau de escolaridade, no geral trabalham informalmente/pequeno comércio. Identificou-se a negligência e falta de transparência do poder público para uma população que historicamente esta abandonada pelo estado.

Palavras-chave: *Habitacional. Memória. História. Gênero. Política.*

ABSTRACT

The present work is inserted in the area of housing and ergonomics. To correspond to the propositions made from a bibliographic survey, as well as on-site visits with a purpose of rescuing a history of the empirical bankruptcies of PAC beneficiaries. The problem of social knowledge of research in the development of social development and commitment of the moorings in the patriarchal women in the failure of RPA - 04 at Iputinga? The overall goals of the work are: to evaluate the RPA - 04 Iputinga Housing Development Social Technical Work Project, and to what extent the measure is consistent with the momentum for UN-Habitat. For the purposes that express the points of view: I - Contact Housing Leadership; II - Building a memory of the housing development studied and III - Raise the time of the work of the social technician in the set. The methodology used was: Qualitative Exploratory Research, Guided Interview and also chose to record the statements. In the results and discussion, they were not considered as working workers, with a high level of education, nor general work / commerce. A negligence and lack of transparency of public power was identified for a population that has historically been abandoned by the state.

Keywords: *Housing. Memory. Story. Genre. Politics*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder graça e sabedoria na minha caminhada acadêmica. Em segundo lugar, agradeço a minha família (Mãe - Lindalva Nascimento, Sogra - Josefa Souza, minhas filhas - Mirian Souza e Monique Souza) a qual, me deu apoio e força, assim como, a todas as professoras da minha vida que, com sua generosidade, compartilharam seus conhecimentos e experiências. Quero também expressar, um agradecimento especial a uma pessoa que não esta mais entre nós, mas, foi crucial nessa minha vitória que é o Meu Falecido Marido (*in memoriam* de Alexandre Souza), que assim como meu pai, foi uma pessoa que acreditou e confiou no meu potencial, me impulsionando a sair da caixinha a qual eu me encontrava enquanto casada. Em terceiro lugar, agradeço a todos os/as colegas de turma a qual tive troca de experiências bem marcantes, mas, quero citar aqui, três em especial: Irani Pereira, Suzi Albuquerque e Felipe Abreu, que em momentos de indecisão, e angustia, estenderam suas mãos e me ampararam. Também, quero agradecer ao/a amigo/a Antônio Ramos e Isabelle Nascimento que nessa etapa final da minha carreira acadêmica, estiveram presentes ajudando e aguentando minhas lamúrias. Gostaria de acrescentar agradecimentos a Soninha secretaria do DCD que sempre atende todos/as com seu alto astral, até mesmo, em momentos tristes de sua vida. Na minha vida política dentro da UFRPE, agradeço aos/as camaradas do D.A de Economia Doméstica que travaram junto comigo, varias batalhas importantes em prol da melhoria do curso para Todos/as os/as alunos/as. Nessas batalhas, agradeço aos/as camaradas do PSTU que foram como uma bússola, norteando meus passos Políticos. Por fim, e, não menos importantes, faço agradecimento especial a duas professoras: Zênia Tavares, que, com seu jeito espontâneo e ativo, me fez voltar acreditar que seria possível chegar ao fim dessa jornada. A outra Professora, é, a minha orientadora; Ângela Miguel que me convidou para uma aventura emocionante que foi o exercício de transformar uma aluna numa pesquisadora, me motivando e, me mostrando, que o lugar das letras também pertence a mim...

LIBERDADE

Ela é tão livre que um dia será presa.

Presa por quê?

Por excesso de liberdade.

Mas essa liberdade é inocente?

É. Até mesmo ingênua.

Então por que a prisão?

Porque a liberdade ofende.

Clarice Lispector

Lista de Figuras e Quadros

<u>Figura I - Linha do tempo</u>	12
<u>Figura II - Local geográfico onde se situava a antiga comunidade</u>	13
<u>Figura III - Planta de situação da antiga comunidade</u>	13
<u>Figura IV - Tipos de habitações construídas na antiga comunidade</u>	14
<u>Figura V - Planta de situação do atual Conjunto Habitacional</u>	15
<u>Figura VI - Localização geográfica do novo conjunto habitacional</u>	16
<u>Figura VII - Conjunto habitacional antes e depois</u>	17
<u>Figura VIII - Conjunto habitacional atualmente</u>	17
<u>Quadro I - Perfil dos Moradores do Habitacional</u>	18
<u>Quadro II - Quantitativo dos Moradores residentes na Comunidade</u>	33
<u>Tabela I - Faixa etária predominante na comunidade investigada</u>	34
<u>Tabela II - Acesso a educação formal predominante na comunidade</u>	42
<u>Tabela III - Renda das famílias residentes na comunidade investigada</u>	48
<u>Tabela IV - Ocupações majoritárias na comunidade segundo profissão</u>	49
<u>Figura IX - Conjunto Habitacional atualmente</u>	52
<u>Figura X - Conjunto Habitacional com Problemas de infraestrutura</u>	54

Lista de Tabelas

Tabela I - Faixa etária predominante na comunidade investigada	34
Tabela II - Acesso a educação formal predominante na comunidade	42
Tabela III - Renda das famílias residentes na comunidade investigada	48
Tabela IV - Ocupações majoritárias na comunidade segundo profissão	49

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 - Apresentação: Construindo a problemática	1
1.2 - Problemas de pesquisa	5
2. OBJETIVOS:	5
2.1 Objetivo geral	5
2.2 Objetivos Específicos	5
3. METODOLOGIA	5
3.1- O lugar da memória no processo de se fazer ciência	5
4. REFERENCIAL TEÓRICO	19
4.1 - Casa: uma referência de distinção de classe	19
4.2 - Identidade de Gênero	26
4.3 - A construção social do espaço	30
5. RESULTADO E DISCUSSÃO	33
5.1 - Um olhar etnográfico	34
5.2 - Apresentação da política analisada	35
5.3 - Condição de Gênero: Representação de Gênero no Conjunto Habitacional	38
5.4 - Representações sociais dos/as beneficiários/as sobre o Estado	43
6. RESULTADO REFLEXIVO	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
8. REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	70
ANEXOS	73

CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO CONJUNTO HABITACIONAL ‘DA RPA – 04 Iputinga’

"Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem"
Rosa Luxemburgo.¹

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Apresentação: Construindo a problemática

Esta Monografia inscreve-se nas Linhas de Pesquisas – POLITICAS PÚBLICAS Habitacionais e Ambientais e na Linha de ERGONOMIA de Produto - Oriundo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Habitação - UFRPE/CNPq. O Núcleo realiza ações integradas de pesquisa, elaboração, monitoramento e avaliação de projetos sociais, visando a produzir material técnico-científico que promova a reflexão compartilhada em torno da experiência sociocultural de grupos e localidades populares. Esta Monografia é parte dos objetivos do Núcleo de Pesquisa que são: Construção da Memória do conjunto habitacional (da RPA – 04 Iputinga), (Avaliação ERGÔNOMICA do Conjunto) e (Avaliação do Trabalho Técnico Social) no Conjunto Habitacional da RPA – 04 Iputinga. Assim, o início dessa reflexão parte do fato de que o Estado, historicamente, se esquivou da problemática habitacional, deixando o déficit habitacional contabilizar, no início da década de 2000, mais de 6 milhões de unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000). Isso em função da desigualdade de concentração de renda e do crescimento desordenado das cidades (MARICATO, 1996).

Ergonomia termo que originou-se do grego defini-se como ergo = trabalho , nomos =regras,essa disciplina busca orientar ações de forma a considerar os espaços ergonomicamente construído, respeitando os diversos públicos que usam um determinado espaço (MONT' ALVÃO, 2000)

Entretanto, a partir da constituição de 1988 a habitação se vinculou à discussão de direitos humanos. Nela definiu-se e estabeleceu o conceito de função social da propriedade, numa tentativa de possibilitar o Estado a intervir no direito privado em função do social. Isso

¹ Rosa Luxemburgo - Foi uma revolucionária Russa Marxista e antimilitarista e escritora ligada a movimentos de luta. Foi ex militante do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD) foi também a fundadora do Partido Comunista da Alemanha. Em 2019 completou 100 anos de sua morte onde foi brutalmente assassinada por militares.

veio em função de demandas e acordos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.

No plano político, tanto o déficit habitacional bem como as moradias insalubres e irregulares fez com que a ONU, promovesse a ONU habitat I, II e III. Sendo que a primeira ocorre na década de 1970. Nesse ano a ONU cria a agência voltada para assentamentos humanos, que, inicialmente, tinha o objetivo de promoção de cidades social e ambientalmente sustentável

Essa conferência ocorreu em 1978 em Vancouver (Canadá), e contou com pouco investimentos. Assim, consequentemente, poucas ações foram feitas. Entretanto na década de 1990 a habitação se torna um sério problema em virtude da urbanização que passou a ter 50% da população morando em centros urbanos. Assim, em 1996 foi realizado a ONU - Habitat II em Istambul na Turquia. Com a discussão das questões ambientais juntamente com a pobreza, a ONU é colocada como mediadora na agência de desenvolvimento.

Embora os três eventos sejam importantes, no ONU - Habitat III ocorrido em 2016 deu-se atenção especial ao conceito de direito à moradia adequada. Entretanto, esse conceito foi definido na década de 1960 pelo Comitê do Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais no seu artigo 11. Esse trata-se de um pacto do ano de 1966 que foi ratificado no Brasil no ano de 1992 e compreende que ‘habitação adequada significa respeitar a privacidade, considerando a adequação do espaço, segurança, iluminação e ventilação, infraestrutura básica e localização adequada em relação ao trabalho e facilidades básicas, tudo a um custo razoável (NAÇÕES UNIDAS, 1992)².

Uma colocação que justifica a preocupação em torno das questões ERGONÔMICAS como um fato de direito. Assim, entende-se por habitação adequada aquela que obedece às condições de segurança de posse, disponibilidade de serviços, economicidade, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural. Categorias explicada no mesmo documento, esclarecendo o que se pretende com elas. Assim, entende-se por segurança da posse a garantia da proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Com relação à disponibilidade de serviços é necessário que o conjunto seja atendido com a garantia de água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo. (NAÇÕES UNIDAS, 1992)

² Objetivamente, o documento esclarece outros conceitos como as condições para moradia adequada. da habitação. Talvez porque seja impossível enfrentar outros problemas como o ambiental num país onde mais de 50% das habitações são ilegais, como foi o caso do Brasil.

Além disso, a moradia não se considerou adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes. Nesse item, a interpretação é a de que no caso de beneficiário da política habitacional não pode ser cerceado a participar de movimentos sociais como sindicatos. (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Outro fato observado é se a moradia tem condições de habitabilidade, ou seja, se há segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento e outras ameaças à saúde. Nesse ponto, a ONU reconhece a importância de consideração das condições ergonômicas da habitação, sobretudo, na habitação popular. (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Outras considerações que ratificam a relevância da ergonomia na habitação se trata da exigência de adaptação da mesma para as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados, garantindo a acessibilidade (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Com relação à localização, a moradia não deve ser isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas e creches e outras instalações sociais, ou se localizados em áreas poluídas ou perigosas (NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Ainda deve-se levar em consideração a expressão cultural da comunidade beneficiada (NAÇÕES UNIDAS, 1992). Assim, as Organizações das Nações Unidas chamam os Estados a se comprometerem com a questão.

É dentro dessas exigências que foi criado o presente projeto. Todavia, Como é colocado por Maricato (1996), a discussão em torno da problemática habitacional perpassa por desigualdades estruturantes do país, seja ele de classe, raça e/ou gênero. Assim, as desigualdades entre as diferentes classes sociais têm nas condições de habitação uma grande expressão, seja a nível local através das condições habitacionais inadequadas a que a população da cidade do Recife/PE está submetida e que atingiam 53% da população em 2000 segundo relatório do Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano do Recife.

De imediato é importante salientar as críticas em torno das políticas habitacionais, que são, historicamente, conhecida pela baixa qualidade dos materiais de construção, pela inadequada dimensão, pela localização do conjunto e, conseqüentemente, pelo abandono por parte dos/as beneficiários/as. Fatos que levaram á uma nova reestruturação dos modelos de políticas públicas, obrigando a participação social como condição para a implementação da mesma. É nesse contexto que segundo Oliveira (2004) a Prefeitura do Recife no início de 2003 cria o Programa Recife sem Palafitas, composto por diversos projetos de habitação e urbanização, além de ações coordenadas pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) com

vistas à inclusão social de pessoas que vivem em palafitas como também demais moradias precárias, com menos de 18m², em orla fluvial ou de mangue.

Um problema que para ser solucionado exige a participação social da população, numa tomada de consciência sobre o seu papel do lugar de cidadão na reivindicação de direitos. Além dessa condição, o novo modelo adotado pelo Estado coloca exigências no processo de seleção dos/as beneficiários/as, dando preferências pautada na condição de gênero, classe e cor, anunciando, de imediato, uma preocupação com as condições estruturais de desigualdade, como coloca (MARICATO, 1996). Além desses, ainda houve uma preocupação com relação à construção social do espaço, sugerindo a reordenação de favelas e não mais a transferência. Com isso, evita-se o que os geógrafos denominam de desterritorialização dos/as beneficiários/as. Entretanto, vale colocar, que a transferência é permitida quando a população encontram-se localizadas em áreas de risco, acionando, para diminuir o impacto, o Projeto do Técnico Social. Esse projeto recebe recurso para trabalhar as questões da participação social, geração de trabalho e renda e ainda de meio ambiente (COTS, 2013). De imediato, imagina-se que esse projeto vai contribuir para o cumprimento das exigências da ONU Habitat na construção de uma habitação adequada.

Nesse sentido, tem-se os principais fatores que concorrem no processo de implementação da política habitacional. Assim, avaliou-se questões referentes à dimensão objetiva e subjetiva. Sendo que, o presente texto trabalha especificamente com as questões subjetiva, e busca compreender em que medida identidades de classe, raça e gênero concorre no processo de construção social do espaço habitacional.

Os conceitos ergonômicos inserem-se nas Políticas Públicas, para possibilitar aos Beneficiários o conforto adequado as suas necessidades, mas nem sempre o estado incorpora essa discussão a prática. Para isso vê-se a relevância da compreensão dos beneficiários sobre participação política e exigência dessa temática no processo de construção dos conjuntos habitacionais.

1.2 - Problemas de pesquisa

O primeiro problema se refere aos requisitos ergonômicos, ou seja, em que medida o conjunto se insere nas exigências para acessibilidade, e ainda atende às condições físico ambientais? Entretanto, após o levantamento dos primeiros dados referentes aos beneficiários viu-se a relevância de se compreender a seguinte questão: Em que medida o projeto técnico social contribuiu para a emancipação social, empoderamento e rompimento das amarras na cultura patriarcal de mulheres negras e pobres no conjunto habitacional da RPA – 04 Iputinga?

2. OBJETIVOS:

2.1 Objetivo geral

Avaliar o Projeto do Trabalho Técnico Social do Conjunto Habitacional da RPA – 04 Iputinga, e em que medida conseguiu o resultado proposto pela ONU-Habitat. Para além disso, reflete-se em que medida essa política contribuiu para uma emancipação social de mulheres negras e pobres.

2.2 Objetivos Específicos

- I – Contatar Lideranças do Conjunto Habitacional;
- II – Construir a memória do conjunto habitacional estudado;
- III – Levantar o tempo de trabalho do agente técnico social no conjunto;

De imediato, vale ressaltar que o presente texto, se trata da memória do processo de construção do conjunto, fazendo uso da memória de documentos e memórias dos/as beneficiários/as. A seguir, apresentou-se a compreensão que se tem de memória, bem como tem sido usado no processo de avaliação habitacional.

3. METODOLOGIA

3.1- O lugar da memória no processo de se fazer ciência

Diante das queixas citadas pela Beneficiária, sobre o tamanho da cozinha e ausência de ralo para escoação da água, vê-se a relativa importância de construir-se a memória do

conjunto ao mesmo tempo que realizou -se o levantamento dos dados orientados pela análise ergonômica do espaço.

Elena- Tu é o engenheiro amor da minha vida em! me diga !Porque eu falo mesmo eu disse assim !"ho balancei e disse presta atenção para semana você vem, você vai ter que vir aqui viu aqui !vou fazer café vou lavar roupa e estender ali e botar você ali de baixo para tomar café ali embaixo, viu! por onde vai sair a água, ARQUITETO[...]não isso é o mais, é importante é pequeno apertadinho ali tinha que ter um negocinho para sair água, para nem que seja para o banheiro, um canozinho né, mas cadê fez! não! errado.(2018)

Para compreender o desenvolvimento da pesquisa atual é necessário deixar explícito em que contexto se entende a construção do conhecimento, e, por conseguinte sua produção. Desta forma, a relação pesquisador - objeto de pesquisa é encarada desde uma perspectiva materialista onde a ênfase é dada ao objeto, pois compreende-se que a realidade objetiva é primária em relação a consciência. Essa perspectiva não significa desconsiderar a consciência como importante e necessária à produção do conhecimento. Tampouco quer dizer que objeto de pesquisa e sujeito devem ser tratados como substâncias acabadas e inalteráveis, como deixa claro o conceito descrito por PINTO (2014). de ‘realidade objetiva’, entendida não como alguma coisa terminada e imutável, senão como ‘um processo em movimento’.

A pesquisa social, dentre todas as suas especificidades, implica também o compromisso do pesquisador como os sujeitos que fornecem informações sobre seu objeto de estudo. Esse compromisso se dá em torno da confiança que se estabelece entre pesquisador e pesquisado durante a realização da pesquisa, o que permite que as informações sejam coletadas, devendo ser analisadas prezando pela manutenção do sentido original, além da proteção dos/das entrevistado/a através da preservação da identidade e de outras informações, sempre que necessário.

Anteriormente a essa consideração, entende-se aqui como metodologia a proposta por (MINAYO, 2016). Segundo a autora, esta é compreendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, sempre questionando sobre os limites e possibilidades. De imediato nos inserimos como atores que se propõe a refletir sobre outros atores familiares, nem tão exótico como reza a perspectiva metodológica ortodoxa, principalmente a antropológica. Isso porque se trata das ciências sociais que centra a atenção a um determinado micro processo para compreendê-lo e traçar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais. Para além disso, nosso estudo se enquadra na perspectiva da antropologia urbana. Nesse contexto, questiona-se: como fazer ciência do ponto de vista histórico/antropológico?

A Antropologia recorre a perspectiva qualitativa, trazendo como proposta a se debruçar sobre o objeto de trabalho pensando formas e maneiras de fazer ciência, recorrendo aos diversos instrumentais técnicos a partir de uma discussão teórica. Assim, a primeira tarefa a se executar é definir o objeto de pesquisa. Nesse sentido, assume-se como objeto de pesquisa as representações sociais de atores comuns, sujeitos com nomes que se inscreve na história de um determinado lugar, que para o pensamento positivista seria? algo menor, todavia, são atores centrais na garantia de eficiência de uma política habitacional.

A presente pesquisa se trata de uma pesquisa pautada no viés qualitativo, orientada pelas lentes antropológicas, através do método etnográfico. De acordo com Geertz (1989), essa técnica se trata de uma observação densa a respeito de uma determinada sociedade, qual seja, do conjunto habitacional selecionado. Vale lembrar que a pesquisa encontra-se em curso.

Para o primeiro momento da pesquisa, buscou-se construir a história do mesmo a partir de entrevistas e conversas informais, numa espécie de caderno de campo em que tanto fatos quanto conversas informais são anotadas. Nesse primeiro momento, a história se confunde com a memória em que a construção do espaço se confunde com a vida das informantes, seguindo uma orientação de (LE GOFF, 1990). Nota-se a íntima relação dos conceitos, visto que o histórico apresentado foi construído a partir da memória (relatos) das beneficiárias sobre a vivência antes e após morarem no conjunto habitacional, entrelaçando, assim, a discussão sobre história e memória estão as representações sociais presentes nos já citados relatos.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990 p. 423).

Nesses termos, recorre-se a história oral, ou melhor à entrevista oral, já que quem faz história é somente o historiador. Essa técnica de pesquisa possibilita compreender o processo de construção do espaço, através das relações, conflitos entre grupos e entre o Estado, adotando, assim, a teoria dos dramas sociais defendida por (TURNER, 2008). Trata-se de uma lente interessante que possibilita analisar os grupos sociais pelo viés processualista, e inerente a toda e qualquer sociedade que passa pelo processo de construções de novas estruturas. *A história é uma prática social, uma questão política. “... é legítimo observar que a leitura da história do mundo se articula sobre uma vontade de transformá-lo (LE GOFF ,1990 P. 11).*

A partir da análise da memória entende-se o processo de acontecimentos vividos individual e coletivamente, que vai culminar numa nova ordem social como sugere (POLLACK, 1992). A seguir o autor apresenta elementos constitutivos da memória, conforme:

Em primeiro lugar são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLACK, 1992; p. 02)

Assim, fatores como participação política bem como decisões e experiências vividas pessoalmente se tornam fatos sociais, e se inter-relacionam a vida pessoal com a coletiva dada na história do conjunto habitacional. Nesse contexto, articulam-se categorias como reprodução biológica e social, a família, a relação entre público e privado, a cidadania e ainda as diversas formas de sociabilidades que se constroem. Trata-se de um processo que envolve os relacionamentos desde a vida na Comunidade Abençoado por Deus, que serão acionadas no conjunto, e, essas serão redimensionadas. Assim, a história oral se torna a fonte mais viável para compreender o presente em virtude do passado, além de contribuir para entender o processo de significação do lugar (FERREIRA, 1998). De acordo com a autora a abordagem histórica visa apreender os processos subjacentes às estruturas objetivas e as relações sociais da vida cotidiana, podendo assim, revelar aquilo que é subjacente a dada ordem social.

Para além disso, Gouveia (2007), entende que a memória se tornou uma ferramenta política na medida em que seu recorte se trata de um processo de valorização de identidades locais, possibilitando romper com estigmas (identidade deteriorada) a partir da valorização da história passada do local (GOFFMAN, 1963).

Ainda nesse contexto, Pollack (1992) coloca que a valorização do passado se trata de uma ferramenta política na medida em que os atores passam a ressignificar experiências até então vexatórias como as que são dadas pelas condições de gênero, classe e raça.

Para além disso, o uso do método histórico serve de suporte de exame do passado para se entender o presente. Trata-se de uma dialética entre passado e presente que está

representada na resignificação do passado como uma existência presente: independente de diferenças socioculturais (a presentificação da memória).

Por se tratar de um método da história, entra em cena a relevância do período a ser investigado tem relação com a temática proposta, diferenciando-se temas que indicam perspectivas distintas, de curto, longo ou médio termo. Afinal, o ciclo de duração da investigação é distinto se estudamos determinado grupo, instituição ou nação, lembrando as implicações diretas do objeto\tema de estudo no percurso teórico-metodológico. Nesse sentido, escolheu-se atores que estão no conjunto desde o período de negociação inicial.

Todavia, há sempre um risco do bias científico, ou seja, a história única, podendo incorrer a erros. Assim para evitar essa condição a presente pesquisa recorreu a dados qualitativos e quantitativos, diretos e indiretos com o intuito de evidenciar as falas e narrativas anunciadoras da história/memória do lugar. Além disso, nesse processo adotou-se uma perspectiva interdisciplinar num processo de articulação entre sociologia, antropologia e história, criando condições de cruzamento de dados da macro e micro análises, como sugere o mesmo.

Com relação a objetividade e objetivação do método histórico, adotou-se ferramentas que pudessem dar conta dessa condição. E, ainda com o processo de relação entre pesquisador e pesquisado. Isso porque em certa medida, as bases conceituais do método histórico e comparativo visam reproduzir condições ideais a uma experimentação, suprimindo o pesquisador com um método natural/experimento, que passa a corresponder a dado ideal de objetividade das CIÊNCIAS SOCIAIS.

No que se refere a relação entre pesquisador e pesquisado, passa a ser objeto de preocupação em virtude da antropologia se voltar, a partir dos anos de 1980 para comunidades urbanas e aí se depara com uma nova problemática da confiabilidade e condições de pesquisa para o pesquisador. Neste momento não mais se volta para o exótico, mas para o familiar, e aí emerge novos questionamentos epistemológicos: como pesquisar o outro que me é próximo e familiar? Nesse sentido, o antropólogo DA MATTA veio para auxiliar com o texto “O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues””

Para o autor em Etnologia, existem três etapas fundamentais de uma pesquisa. A primeira é a que denomino teórico-intelectual, quando ainda não temos nenhum contato com os seres humanos que constituem nosso objeto de trabalho, marcada pelo divórcio do futuro pesquisador e a tribo. Mas esse divórcio não se trata somente da ignorância do estudante, ele fala de um excesso de conhecimento que é teórico, universal e mediatizado pelo abstrato e pelo não vivenciado. A segunda pode ser denominada de período prático, que se trata daquela

semana em que todos envolvidos pela pesquisa observam que suas preocupações mudam subitamente das teorias mais universais para os problemas mais banalmente concretos. Já não se preocupam mais se a tribo X tem ou não linguagem segmentada, mas planejam a quantidade de arroz que deveriam levar para o campo ou onde vão dormir e comer. E, por fim, no período prático, portanto, já não se trata de citar a experiência de um herói-civilizador da disciplina, mas de colocar o problema fundamental na Antropologia, qual seja: o da especificidade e relatividade de sua própria experiência.

Nesse sentido, seguindo a Antropologia Social esteve preocupada em estabelecer com precisão suas rotinas de pesquisa do trabalho de campo, escolheu-se a conversas informais, bem como o registro de eventos ocorrido no conjunto em questão, visando a necessidade absoluta da coleta de um bom material, isto é, dados etnográficos que permitam um diálogo, mais intenso com as teorias conhecidas.

Outra questão que a Antropologia Social, tem contribuído é no processo de interação entre pesquisador e pesquisado. Assim, como coloca Da Matta (1974) essa se trata de uma disciplina da comutação, é aquela onde se estabelece uma ponte entre dois universos de significação, e tal ponte é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação. Vale dizer, de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes das pessoas e do contato humano, respeitando o tempo e o processo para o levantamento dos dados.

Nesse sentido, o contato inicial com as entrevistadas se deu através de conhecimento e articulação da pesquisadora que reside no conjunto habitacional. Até o início da entrevista foi aberto diálogo entre as pesquisadoras e a liderança local da Associação de Moradores. Desde a primeira entrevista as moradoras demonstraram disposição a participarem das entrevistas. A medida que foi realizada a primeira entrevista fora sendo identificadas as personagens que apareciam nas falas como tendo maior participação no processo de mobilização da comunidade de palafitas. Assim, algumas entrevistadas foram procuradas pela equipe por estarem presentes desde a mobilização da comunidade Abençoada por Deus e continuarem residindo no conjunto habitacional, enquanto outras foram indicação de moradoras entrevistadas anteriormente.

Vale ressaltar que as duas alunas responsáveis pelo trabalho de campo da presente pesquisa convivem diariamente com os moradores do conjunto habitacional Abençoado Por Deus, incorrendo, assim, numa proximidade social. Entretanto, só se tem Antropologia Social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade, e a marginalidade se

alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica estar só. Tudo isso desemboca na liminaridade e no estranhamento, criando uma espécie de ritual de passagem de um estudante para pesquisador (DAMATTA, 1974).

Assim, o processo exigiu do pesquisador a aprendizagem de uma dupla tarefa:

- a) transformar o familiar no exótico.
- b) transformar o exótico no familiar.

A primeira transformação corresponde ao movimento original da Antropologia quando os etnólogos conjugaram o seu esforço na busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação sabidamente incompreendidos pelos meios sociais do seu tempo.

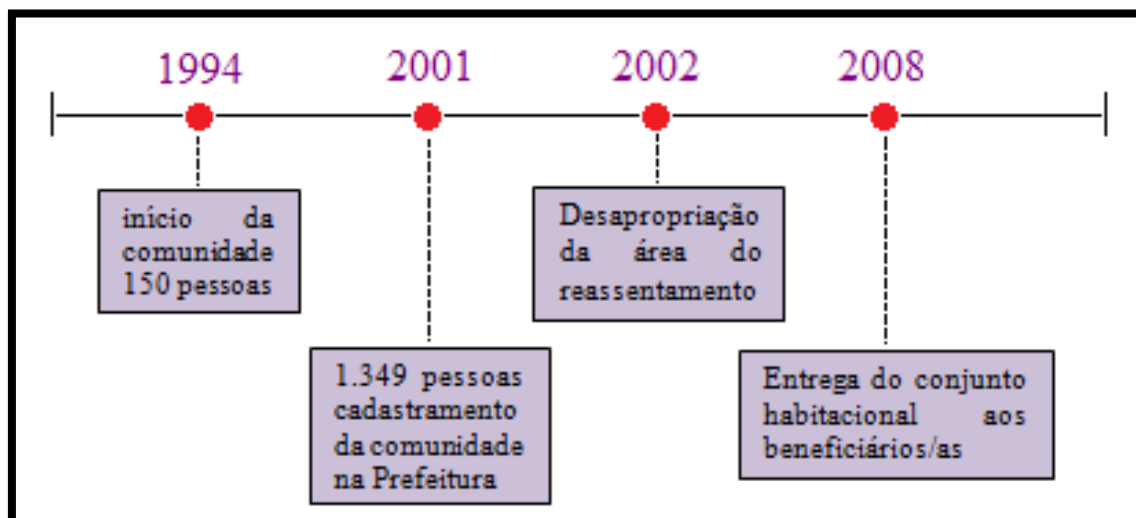
A segunda transformação e exercida se tratou do processo de estranhamento de algumas regras ‘familiares’, criando condições para descobrir o exótico no que estão petrificados pelos mecanismos de legitimação, como, por exemplo a representação negativa das mulheres nos espaços de decisão política.

Assim, após tais considerações esclarece-se o processo de levantamento de dados. Para obtenção dos relatos sobre a história do conjunto habitacional, desde a articulação da comunidade junto a prefeitura, a conquista do conjunto habitacional, a mudança e adaptação à nova moradia e as expectativas das moradoras, adotou-se a Pesquisa exploratória, técnica de observação direta e entrevista guiada. Para Gil e Richardson (1999) entrevista é uma técnica de coleta de dados a partir da comunicação entre duas ou mais pessoas, existindo quatro técnicas de entrevista. Dentre estas técnicas optou-se por utilizar a entrevista guiada que possibilita certa liberdade onde as entrevistadas desenvolvem o tema pesquisado em profundidade. Corroborando com (RICHARDSON, 1999): “A entrevista guiada permite, ao entrevistador, utilizar um ‘guia’ de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista”

As entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistadas e posteriormente foram transcritas e analisadas para construção do trabalho. De acordo com (GIL, 1999).

A anotação posterior às entrevistas apresenta dois inconvenientes: os limites da memória humana que não possibilitam a retenção da totalidade da informação e a distorção decorrente dos elementos subjetivos que se projetam na reprodução da entrevista (GIL, 1999). Assim, optou-se pela gravação e transcrição das entrevistas para garantir uma maior fidelidade aos relatos e a possibilidade das pesquisadoras fazerem releituras das entrevistas.

Figura I - Linha do tempo



A autora(2019)

A figura representa, a trajetória referente ao processo de ocupação das famílias da comunidade. inicialmente, um total de 150 famílias ocuparam o território no dia 08 de novembro de 1994. Após 07 anos, (2001) a prefeitura "resolve ir a comunidade" para realizar o cadastramento dos residentes que nesta época, já possuíam, um total de 1.349 pessoas. De 2001 a 2002, houveram articulações entre as lideranças da comunidade onde foram estabelecidas diversas reuniões para deliberação de tarefas como: cadastramento das famílias para identificar a real situação de precariedade e condições desumanas que viviam.

A partir da organização política da comunidade, houve um pressionamento no poder público (prefeitura). Posteriormente, mais especificamente em 2002, ocorreu a desapropriação da área escolhida pela prefeitura para o reassentamento. Finalmente, em 2008, as famílias conquistaram o direito de morar no conjunto habitacional que ficou batizado pelo mesmo nome da comunidade. A aquisição deste conjunto como ilustra bem a figura, só foi possível, devido a muita luta pela diária disputa de classes. Mostrando dessa maneira, a tática desenvolvida pelos residentes o que dialoga perfeitamente a luz de (CERTEAU, 1994).

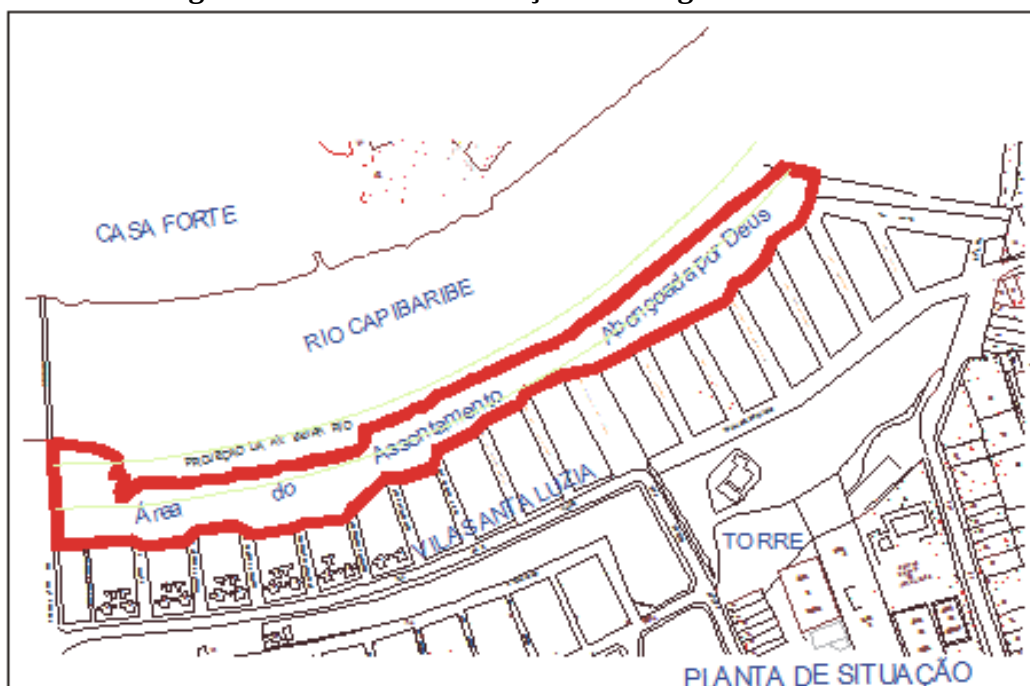
Figura II - Local geográfico onde se situava a antiga comunidade



Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A Foto acima aponta a localização das moradias e precárias condições que estas famílias encontravam-se, as margens do Rio Capibaribe correndo sérios riscos de vida pelas condições sanitárias inadequadas no sentido de contraírem patologias veiculadas tanto pela presença de ratos, mosquitos, bem como, pela própria condição gritante de contaminação da água que nos períodos de inverno, acabavam por invadir os barracos das famílias.

Figura III - Planta de situação da antiga comunidade



Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

Fazendo uma ponte com a foto anterior, esta figura aponta a localização das habitações destacado em vermelho. A área destacada em vermelho, está conectada ao Rio Capibaribe e como pode ser observado, a antiga comunidade abençoada por Deus estava situada entre os bairros da Torre e Casa Forte o que revela a coexistência de duas realidades sociais distintas convivendo extremamente próximo: A comunidade abençoada por Deus de um lado,

sobrevivendo sobre gritante precariedade e, do outro lado, a alguns metros, o bairro de Casa Forte majoritariamente sendo habitado por famílias de condições socioeconômicas mais elevadas revelando assim, as desigualdades em seus diversos aspectos; econômicos, acesso a saúde, oportunidades de trabalho diferenciadas, acesso a educação diferenciados etc.

Figura IV - Tipos de habitações construídas na antiga comunidade



Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

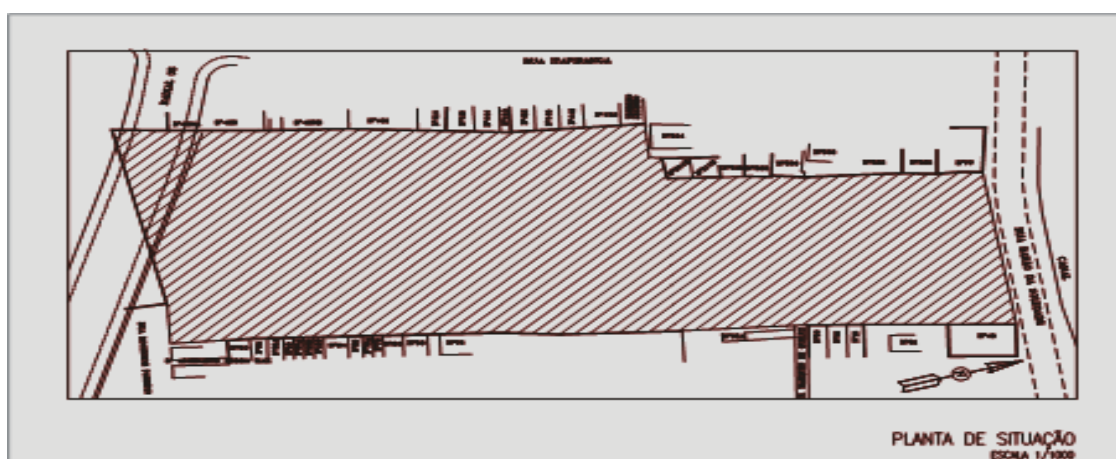
A imagem acima fala por si só. Mas vale destacar ancorado nas duas figuras, os materiais utilizados que em sua grande maioria, eram compostos por madeira e compensado considerados materiais perigosos a vida destas famílias por ser inflamável. Para além da precariedade dos materiais utilizados, observa-se, que as frestas em aberto também contribuíam para servir de abrigo a vetores (escorpiões, ratos, baratas e insetos).

Sendo assim, o presente trabalho que envolveu vários tipos de dados como relatórios, entrevistas e observação participante, da comunidade que vive no conjunto habitacional. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada em um universo de aproximadamente 428 famílias-número inicial de famílias moradoras do Conjunto Habitacional Abençoado por Deus-atraves de entrevista guiada realizada com uma amostra de seis mulheres, sendo duas delas lideranças que participaram ativamente no processo de articulação e mobilização da comunidade para ativar os órgãos públicos responsáveis na luta da comunidade por melhores condições de moradia, e junto a Prefeitura do Recife como parte de comissão representante da comunidade de palafitas no processo de implementação da política Recife sem Palafitas e construção do Habitacional Abençoado por Deus. Todas as entrevistadas moram no conjunto habitacional desde a sua inauguração em 2008 e anteriormente a este período eram moradoras da comunidade de palafitas Abençoada por Deus no bairro da Torre. As entrevistas ocorreram no período de agosto a outubro de 2018, sendo realizadas no conjunto habitacional já referido.

O conjunto habitacional localiza-se no Bairro Iputinga na cidade do Recife/PE. O conjunto foi à primeira obra do programa de aceleração do crescimento do Recife (PAC) e

custou aos cofres público cerca de 14 milhões de reais, financiados pelo, Programa PROMETRÓPOLE, que utiliza recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundação Odebrecht, Fundação Banco do Brasil Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste. O conjunto Abençoada por Deus, batizado assim por abrigar 428 famílias remanescentes de palafitas da comunidade de mesmo nome no bairro da Torre, teve sua inauguração em 2008.

Figura V – Planta de situação do atual Conjunto Habitacional



Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A planta apresentada na figura V mostra a atual localização das famílias que se mudaram da antiga comunidade Abençoada por Deus para o novo conjunto habitacional Abençoado por Deus. No projeto original, apresentado na planta acima, a entrada e saída da comunidade dariam para a rua de trás (área representada no desenho com pequenos traços - lado direito - representando a rua), mas de fato, a entrada e saída do conjunto é a avenida - lado esquerdo do desenho - representada por um traço duplo e pequena curva na parte superior esquerda do desenho. A área para transferência da população, adquirida pela Prefeitura da Cidade do Recife, no ano de 2002 no bairro da Iputinga, consiste de um terreno de forma aproximadamente retangular, com largura variável de 50 a 75 metros e extensão entre 200 e 210 metros, possuindo 12.815 m² de área (1,28 ha).(PCR,2004).

Elena-[...], não! não, agente vai ter que pagar",ai fizeram uma ata para todo mundo assinar,ai ninguém assinou, aqui era para ser um condomínio fechado não era para ter isso não,o portão porque esse era para ser o fundo do condomínio (a área que sai na av. Mauricio de Nassau) "mas muita dificuldade para comprar as coisas agente vai comprar as coisas na loja e para o caminhão entrar teria que fazer o

arrudeio todinho, eu me arrependi , ter aberto o portão porque era um portãozinho aqui estreitinho só tinha entrada e saída ,mas a pista principal é esta daqui(2018).

A Fala da beneficiaria mostra a mudança realizada depois da realocação referente a saída do conjunto Habitacional, após a articulação e acordo de todos os moradores a saída ficaria para a rua Principal a paralela da caxanga.

Figura VI - Localização geográfica do novo conjunto habitacional



A autora (2019) Fonte: (ACERVO PESSOAL, 2019) e (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2019)

O Conjunto habitacional, fica situado na 4 Região Político Administrativa – RPA 4 nas imediações da Iputinga, Barbalho, Cordeiro, Caxanga etc. A foto do lado esquerdo, mostra o conjunto estudado destacado com a pintura da bandeira do Brasil e, ao lado do conjunto, existe uma creche a frente, embora o angulo da figura não permita visualizar, existe dois postos de saúde (todos os citados oriundos da rede pública)

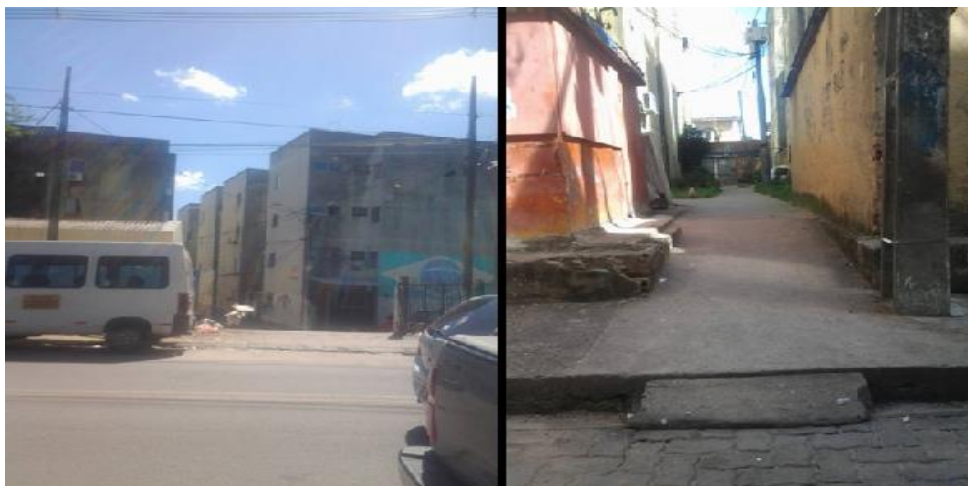
Figura VII - Conjunto habitacional antes e depois



A autora (2019) Fonte: (Flickr, S/D) e (ACERVO PESSOAL, 2019)

Nesta foto, observa-se a grande faixa destacando que o conjunto habitacional investigado foi na realidade a primeira obra nacional oriunda do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC principal política desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores - PT onde visou obras em infra-estrutura em diversos setores (Segurança, Educação, Saúde, habitação e etc.). A foto do lado direito apresenta o mesmo conjunto nos dias atuais.

Figura VIII - Conjunto habitacional atualmente



A autora (2019) Fonte: (ACERVO PESSOAL, 2019).

A figura VIII apresenta o atual conjunto a partir de duas percepções: A primeira imagem (lado esquerdo) mostra a entrada de acesso e saída do conjunto e, a segunda (lado direito), apresenta os corredores do conjunto. Até a poucos meses atrás, a entrada estava servindo de depósito de lixo que ficava exposto contribuindo dessa maneira, para a proliferação de vetores culminando no aumento de doenças. Bem recentemente, foi realizada

uma ação mobilizadora, que conscientizou os moradores a não mais despejar lixo em local inapropriado. Posterior a esta ação, foi colocado no local, uma horta sustentável. (pneus de carro que poderiam ser destinados ao lixo ou poderiam levar muito tempo para se decompor, tornaram-se vasos para plantas).

Quadro I - Perfil dos Moradores do Habitacional

Nome / Total = 06	Rosa	Clarice	Nadjiedja	Elena	Ekaterina	Alexandra
Idade	61	21	Não relatou	Não relatou	21	Não relatou
Escolaridade	4º série	Ensino médio completo	Ensino médio completo	Não relatou	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto estudou até a 8º série
Trabalho/Ocupação	aposentada	Não relatou	Agente comunitária /presidente da associação dos moradores	aposentada	Não relatou	Comerciante
Etnia declarada	Parda		Parda			Parda
Gênero	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.

A autora (2019) Fonte: (DEPOIMENTOS DE CAMPO, 2018).

Como pode ser observado no quadro-I, o perfil das beneficiárias que reside no habitacional estudado, são de pessoas que majoritariamente detêm uma renda de um salário mínimo, oscilam de faixa etária (entre 21 e 61 anos) as pessoas que revelaram sua idade detêm um percentual de 50% da amostra. Os outros 50% que fazem parte desta amostra (metade do universo desta pesquisa) não revelaram sua idade. Dentro de um universo amostral de 06 seis pessoas entrevistadas, 50% tem o ensino médio completo, 16.5% estudou até a 4º série, 16.5% estudou até a 8º série e, finalmente 16.5%%, não declarou o grau de escolaridade³.

As entrevistas foram compostas de dois momentos, o primeiro onde se esclarece o objetivo e termos de participação no projeto e eram feitas perguntas de identificação objetivando traçar um perfil das entrevistadas: nome, idade, nível de escolaridade, local de nascimento, ocupação e auto declaração de cor/raça fizeram parte desta identificação. Os relatos foram coletados através de entrevistas guiadas. Assim, elegeu-se seis atores todos femininos cujos nomes foram registrados neste trabalho com siglas preservando suas identidades que participaram do processo de construção do conjunto habitacional.

³ 16.5% equivalem a uma pessoa desta amostra. Reiterando a amostra completa ou universo desta pesquisa foram de 06 pessoas.

O levantamento de dados foi realizado entre agosto a dezembro de 2018. Posteriormente, transcreveram-se as entrevistas e partiu-se para a análise dos dados. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, elegeu-se de imediatas categorias analíticas, quais sejam: identidades de gênero, classe e raça. Trata-se de categorias que são acionadas e que vão anunciar condições e posicionamentos usados no processo de construção do espaço social.

Depois dessa breve elucidação do que trata o artigo poderemos nos embrenhar nos fios das histórias e memórias das beneficiárias do conjunto. Diante de todas as informações supracitadas é que um pequeno grupo de mulheres organizou uma comissão de moradores e passou a reivindicar condições dignas de moradia. A comissão foi organizada para ser a representação formal perante a prefeitura e acompanhar a construção do conjunto habitacional.

Nesse processo, ficou evidenciado a política acionada para a construção do conjunto, e as categorias que influenciam no processo de implementação da mesma. Assim, a seguir apresentaremos os principais conceitos, que juntamente com a discussão evidenciará a compreensão do resultado da pesquisa.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 - Casa: uma referência de distinção de classe

Inicia-se a construção deste capítulo trazendo o referencial a respeito do valor social da casa própria a partir dos anos de 1970. De imediato, Woortman (s/d) propõe compreender a casa numa significação simbólica, vinculada, a valores ideológicos, criado a partir da mentalidade proporcionado pelo contexto da luta de classes. Para isso recorre-se ao texto de WOORTMAN s/d (p. 110), sobre casa e família operária. Nesse sentido, o autor inicia sua análise relacionando a casa à necessidade básica, um discurso vigente desde os anos de 1970. Para o autor para além de um problema social, a mesma constituía e ainda constitui uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas. Para o autor há uma relação direta entre casa e família, sendo essa a contrapartida, ou seja, quem casa quer casa sendo assim, o lócus do grupo doméstico. Assim, a casa passa a expressar tanto a ideia de estrutura material quanto de uma organização doméstica (WOORTMAN, S/D).

Nesse contexto, de acordo com o autor, tanto a casa quanto o prédio se tratam de uma estrutura simbólica, um mapa da organização. O que implica em dizer que se trata de uma estrutura que materializa o ‘tipo ideal’ de família, o espaço do ritual, e ainda o lócus da

reprodução da força de trabalho e ainda da reprodução social (WOORTMAN, p.120). De imediato, vale ressaltar que se trata de um período em que a família passa a ser vista no imaginário social como a família nuclear.

Nesse ideal, emergem alguns ditos relevantes que vão orientar as ações como “quem casa quer casa”, dando assim, a indicação do valor social da família nuclear. Isso não quer dizer que não haja família extensa nos moldes de Freire (1933), mas a partir dessa década se trata de uma condição temporária, no que se refere ao valor social.

Por se tratar de família nuclear, o autor ressalta dois papéis centrais do casal, que também se trata de categorias ideológicas. Qual seja, cabe ao homem o pai de família e à mulher a dona de casa. Nesse sentido, de acordo com Woortman (s/d) tais categoriais correspondem a estreita relação entre família e casa como dois elementos de um mesmo domínio ideológico. Outra consideração feita pelo autor é que só haverá um marido-pai se houver outro ator a esposa-mãe, reificando as condições de assimetrias entre homens e mulheres.

Ainda nesse contexto, o pai de família traz a significação de um genitor que significa “pater” seguindo uma distinção antropológica que o associam as noções de responsabilidade, respeitabilidade, ser um homem sério (WOORTMAN, p.121). Nesse contexto, o indivíduo só se torna um homem quando se casa, momento e ritual de passagem que se desprende da autoridade e da dominação paterna, conquistando assim, a individualidade. A contrapartida é que a ocupação da casa dos pais aí é visto como resultado da pobreza, e não como expressão de valores culturais. *A- E porque ela não mora aqui com você? L- Não porque a casa dela é lá ,a minha neta vem e fica aqui ! mas a casa dela é lá.*

Com relação às considerações e significação simbólica da dona de casa, na década de 1970, está associada à casa, com meios necessários para a reprodução da família. Cabe ao homem prover a família e à dona de casa tomar decisões relacionada ao consumo, seguindo padrões socialmente aceitáveis. Ainda vale ressalva para a função da família nuclear, a organização do grupo doméstico e o controle sobre a produção de valores de uso essenciais à reprodução de seus membros (WOORTMAN, p. 123).

Nesse momento, fica evidente os lugares sociais e de pertencimento do sujeito para a composição de uma determinada classe. Através dos dispositivos sociais e visão de mundo a sociedade se estrutura, se mostrando uma hierarquização de classe, fundada na diferença de capital, tendo a posse da casa como um deles. Nesse contexto, GOFFMAN (1963), através do estudo do cotidiano evidencia a construção social dos sinais de classificação, ou seja, da distinção de classe nos moldes de Bourdieu (2017).

A propriedade privada se trata de um objeto central na teoria marxista, ou seja, na compreensão da sociedade a partir das lutas de classe, dando poder ao possuidor da mesma. Embora não seja tratado por Marx, a propriedade privada cria ainda a condição de distinção na perspectiva de (BOURDIEU, 2017). A propriedade privada cria condições para o acúmulo de outros capitais como cultural e social, funcionando, assim, como um elemento de distinção social de classe. Enquanto classe, esse estrato de sociedade vai impor ainda sua visão de mundo, como o valor social dos bens e ainda soma-se ao controle feminino, sendo visto a partir das exigências sociais do casamento para a mulher. Um processo que culmina no controle feminino, como coloca TOLEDO:

[...] a ideologia burguesa do amor maternal mostrou toda a sua Hipocrisia ao ser imposta para todas as mulheres de todas as classes sociais mas só valia de fato para a mulher burguesa, que tinha condições materiais e espirituais de ser mãe. Às mulheres que não eram da burguesia foram confiscadas pelo capital e transformadas em força de trabalho, junto com seus filhos! (TOLEDO, 2001p.51,).

Com essa colocação fica explícito que não pode-se falar em uma mulher, mas uma pluralidade de mulheres, em que o capital vai subjugar umas em detrimento de outras, através da divisão social do trabalho. Junto com essa divisão há ainda a divisão sexual do mesmo, podendo ser entendido através dos textos da francesa Daniele Kergoat, e no texto de Toledo:

O capital arrancou a mulher do seio da família e não deu a contrapartida necessária para suprir o vazio que ela deixava nas famílias trabalhadoras, esse vazio era concreto e Dramático: quem se encarregaria das tarefas domésticas? Lavar, passar, costurar, cozinhar? Quem tomaria conta das crianças pequenas? quem às amamentaria? Quem cuidaria das hortas de subsistência, com contribuição importante na economia doméstica? Enfim quem cuidaria da reposição da força de trabalho, tão essencial para o funcionamento da engrenagem capitalista? Nada disso foi suprido pelo capital. (TOLEDO, 2001, p.52,).

Todavia, é importante salientar que a década de 1970 há uma preocupação mais acentuada em relação à condição de desigualdade de classe do que de gênero. Nesse contexto, o próprio estado brasileiro, no período de 1970 volta as políticas públicas para a classe média, como coloca WOORTMANN (s/d). Assim, o Estado não se volta para as classes menos favorecidas. Um fato que leva a sérias consequências em virtude do déficit habitacional, nos anos posteriores.

Ainda numa lógica de classe, é importante salientar que os valores sociais e culturais, principalmente relacionado à família nuclear é relativo, podendo variar de acordo com regiões. Isso porque não é incomum verificar vários núcleos familiares residindo em uma mesma habitação, sobretudo nas favelas.

Depois dessa leitura torna-se importante ajustar algumas das singularidades das políticas habitacionais atuais em relação às da década de 1970/80. Nesse período como coloca o autor a política habitacional se voltava para o consumidor de classe média, que trabalhava fora, e, portanto, tratava-se de financiamento da moradia. A presente afirmativa se baseia numa análise da política do Banco Nacional da Habitação, criada na década de 1960 e extinta na década de 1980. Assim, a propriedade da casa própria reitificava a desigualdade social e ainda a distinção de classe.

A década de 1940, marca a preocupação do estado com uma problemática social, justamente na moradia, levando o mesmo a refletir sobre formas de enfrentamento, inaugurando, assim, o início das políticas públicas. De acordo com SOUZA (2006)⁴, políticas públicas são ações do Estado ou de governo para solucionar uma problemática social. Para a autora, a formulação de políticas públicas constituiu-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados no mundo real.

Embora o problema da habitação fosse generalizado, o estado vai se voltar apenas para as classes trabalhadoras e/ou classe média. Assim, até os anos de 1970 a 1990, o Estado pouco se interessa pela habitação de grupos marginais formados por descendentes de escravos, que num contexto de industrialização e urbanização vão ‘invadir’ a propriedade privada, e, conseqüentemente é negligenciada pelo estado. Entretanto, essa população passa a incomodar tanto a classe média quanto ao estado com a explosão de violência urbana dos anos de 1980. Somado a isso, tem-se a visibilidade da ilegalidade e do uso irregular do solo, promovido por desmoraamentos de terra. Nesse momento a imprensa evidencia o caos urbano promovido pela desigualdade de classe, acentuado pela condição de raça e gênero. *como você se declara em relação a raça e cor?_ eu nasci branca, branca, branca,,Parecia uma neve, eu não tenho cor , Então do meu ponto de vista me declaro parda,Negra , negra , porque eu não sou tão morena ou branca(2018)*

o surgimento do excedente,que acabou dando origem historicamente ao estado, aos privilégios e às classe sociais, transformou profundamente a situação das mulheres, que se viram, rapidamente, submetidas a uma realidade de subordinação. Essa subordinação era necessária para garantir a ordem de herança para que os bens do homem ficasse em família. Isso líquida o sistema de parentesco baseado no direito da mãe com o surgimento da monogamia que,para Engels, significou a 'derrota do sexo feminino'. (TOLEDO, 2001, p.52).

⁴ Celina Souza (2006) é uma socióloga que discute políticas públicas. Destaquei aqui nesta nota também, para evitar que se confunda a autora com Jessé Souza onde ambos são citados por Souza.

Dentre os fatores que concorreram para a problemática habitacional, insere-se o fim da escravidão. Essa política coloca uma quantidade significativa de mão-de-obra escrava a disposição da indústria. Todavia, se trata de mãos de obras sem uma qualificação mínima, além disso, esses atores sociais também não teriam condições de adquirir a propriedade privada, ou seja, o acesso a terra em virtude da lei (Nº 601, de 1850). Nesse contexto, essa população vai para a cidade construir em áreas ilegais, ou ainda viver em cortiços ou mocambos, evidenciando assim o processo histórico de distinção social de classes e gênero.

Desde o fim oficial de escravidão no Brasil, em 1888, em muitos aspectos, a situação da mulher negra continua praticamente a mesma. Ela vive às piores condições de vida e continua vítima da utilização mercantilista do estereótipo da mulher negra como produto de consumo e exportação. Amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa, esse discurso tem colaborado para incentivar os frequentes ataques sexuais sofridos pelas mulheres negras e por um enorme número de mulheres prostituídas na comunidade negra. Ao mesmo tempo, mantém-se uma campanha encoberta de esterilização das generalizada das mulheres negras, alimentada pela política do embranquecimento, outro crime contra humanidade promovido pela sociedade burguesa. A maioria das mulheres que vivem nas favelas no Brasil é composta por negras, bem como a maioria que trabalham e ganham menos. Dentro do conjunto da população trabalhadora, a mulher negra forma contingente mais explorado e oprimido (TOLEDO, 2017, p.63).

A partir da década de 1930 o estado brasileiro decide pela política migratória, de embranquecimento da população. Nesse contexto, recebe-se migrantes europeus, que vai afetar diretamente o problema da habitação, acentuando, aqui o déficit habitacional. De acordo com Bonduki (1994), o Estado negligencia e deixa a habitação a iniciativa privada, que vai obedecer a lógica de mercado, ou seja, deixava-se uma permanente falta para valorizar a política dos aluguéis. Uma iniciativa que vai marcar a entrada do estado numa problemática social, isso porque os altos preços dos alugueis vai forjar as primeiras manifestações do operariado contra os atores produtivos. E para exemplificar os interesses diferentes trazemos o que diz TOLEDO:

A exploração é diferente da opressão porque tem a ver diretamente com as formas de trabalho dentro do modo de produção vigente. O modo de produção capitalista é assentado numa relação de exploração do homem pelo homem, em que o capitalista, que é o dono dos meios de produção (o capital, as máquinas, a terra, a tecnologia, a força de trabalho etc), explora o trabalhador, roubando parte do produto do seu trabalho “A mais valia” Portanto a mais valia não é outra coisa senão trabalho não pago, horas de trabalho que o trabalhador é obrigado a entregar gratuitamente ao patrão. (TOLEDO, 2017, p.31,).

Assim, a intervenção do Estado se dá via congelamentos de aluguel. Um fato que vai diminuir ainda mais a oferta de habitação, nem mesmo a classe operária consegue um lugar para morar, super lotando as moradias coletivas como os cortiços. Entretanto, o Estado

acompanhava as epidemias como a peste negra que levou a um grande contingente de mortos da Europa. Isso faz com que o Estado inicie reformas urbanas, iniciando a partir de legislações para regulamentar os cortiços (FOLZ, 2002) e (MARICATO, 1995).

Nesse contexto, o cortiço passa a ser considerado degradante, imorais e uma ameaça à ordem pública, sendo assim, iniciando uma reforma urbana no RJ com o objetivo, para além da salubridade, de melhorar a circulação de mercadorias e serviços na cidade. Sendo assim, foram demolidos vários empreendimentos de moradias, e a população fora expulsa destes locais e iniciam as construções ilegais, dentre elas as favelas, como coloca MARICATO (1997).

O período de 1940 à 1980 é marcado pela institucionalização da questão da moradia. Para isso constrói-se a Fundação da Casa Popular que usaria recursos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões para uma espécie de financiamento (BONDUKI, 1994). Posteriormente, tem-se a criação do Banco Nacional da Habitação, com a extinção da Fundação Casa Popular. Essa instituição vigorou de 1964 à 1986, sem dar conta de resolver o problema. Nos anos seguintes, pouco se fez pela habitação, há um distanciamento do estado em relação à habitação, bem como os fatores que concorrem para uma desigualdade de classes.

Esse período há no processo uma sequência de crises econômicas, sociais, marcada pela violência urbana (CALDEIRA, 1984). O período é marcado, ainda, pela ausência de políticas públicas, e ainda pelo distanciamento do Estado da população de baixa renda (CALDEIRA, 1984).

A exploração da classe trabalhadora por uma minoria de capitalistas aproveita diferentes formas de opressão conforme o momento histórico e às necessidades da burguesia. essas formas de opressão que em geral, são preconceitos de ordem cultural, incrementam a exploração dos setores mais inferiorizados da classe trabalhadora, como são às mulheres, os negros, os homossexuais, os indígenas, os imigrantes. Alimentar a ideia de que os setores oprimidos em especial às mulheres(que já são mais da metade do proletariado mundial), são inferiores ajuda aumentar a sua exploração ao pagar a eles salários inferiores, ao fazer com que ocupem os piores cargos nas empresas e ao fazeres os serviços mais pesados e estafantes. também serve para justificativa para a demissão. Quando o capitalista precisa reduzir A força de trabalho manda às mulheres de volta ao lar. (TOLEDO, 2017, p.32,).

Nos anos que se seguem, no contexto político, o Estado brasileiro assume compromissos com organizações internacionais em relação a acordos econômicos e a questões como o clima e, conseqüentemente, a pobreza. Uma discussão que tem a habitação como pano de fundo (BRASIL, 2017).

Além disso, viu-se no plano político uma espécie de crise que vai servir de pano de fundo para a construção de um estado mais democrático. Isso, porque desde as décadas de 1960, o estado se encontrava sendo representado por eleições indiretas. Há nesse período uma abertura do estado e a construção de uma constituição pautada, acima de tudo, na participação social, equacionando, assim, as potenciais assimetrias de classe. Além da exigência de ações voltadas para a resolução de problemas sociais, ainda ‘obriga’ o Estado a se abrir para a participação através da exigência de conselhos. Os conselhos são espaços em que essas assimetrias tendem a se reduzir na medida em que a sociedade civil passa a exercer o papel do contrapeso para o Estado.

Nesse sentido, trata-se de um período de crise, que vai culminar no que (TURNER, 1968). denominaria de drama social . Trata-se de um momento de ruptura com um sistema dominante e hierarquizado, em que se tem como possibilidades um vasto campo, de entrada e criação de direitos – ou melhor o que o poderíamos definir como comunitas

Como consequência desse processo, final dos anos de 1990, o Estado passa pelo processo de estabilidade econômica, e ainda pela entrada de um governo que vem de segmentos populares de trabalhadores. Uma direção que segue a orientação de criação de novos ministérios e secretarias, que obrigam o planejamento orçamentário dos governos e ainda criando políticas públicas com ações afirmativas. Essas ações iniciaram desde o final dos anos de 1990, em que várias instituições nacionais e internacionais direcionam projetos sociais específicos para o enfrentamento das assimetrias.

Essas políticas culminam numa melhor relação de simetria entre classes, raças e de gênero. Trata-se de um [...] momento em que a discussão se volta para as políticas de identidade e não somente nas desigualdades de classe. De forma objetiva tem-se novos atores sociais que reivindicam para si e para seus grupos tratamentos diferenciados, na condição de direitos humanos.

No discurso atual, a participação social, ou melhor a mobilização social tanto das classes operarias quanto das mulheres adquiriu um relativo valor social. De imediato anuncia uma ruptura com uma série de estigmas sociais, na perspectiva de (GOLFFMAN, 1963). Nesse contexto, parece haver uma mudança de visão de mundo e representações sociais em relação às classes sociais, a condição de raça e gênero, fatores que historicamente tem servido de base para desqualificação social do sujeito.

De imediato, entende-se por representações sociais o que Jodelet (2001)⁵ coloca:

⁵ Denise Jodelet - possui graduação em Licença de Ensino de Filosofia e diploma de Estudos Superiores de Filosofia, ambos pela Universidade de Sorbonne, em Paris. Foi professora da Escola de Hautes de Estudos

Essas representações formam um sistema e dão lugar às teorias espontâneas, versos da realidade encarnada por imagens ou condensadas por palavras umas ou outras carregadas de significações, as representações expressam aqueles indivíduos que as forjam e dão uma definição específica o objeto por elas representadas (JODELET, 2001, p 21).

As representações encontram-se na literatura suporte na discussão de identidade, que pode ser de gênero, de classe e raça, conforme (HALL, 1999)⁶. Iniciamos a presente reflexão com a identidade de gênero. Isso porque na implementação dessa política, nota-se que como a maioria dos/as beneficiários eram mulheres, questiona-se se foi esse uma das condições para que não fossem considerado as exigências das beneficiárias?. Assim, a seguir reflete-se em que medida a identidade de gênero incide sobre o processo de construção social do conjunto.

4.2 - Identidade de Gênero

De imediato coloca-se o que gênero se trata de uma categoria criada nos anos de 1960, por feministas denominadas de o feminismo da diferença, se distanciando a primeira onda do movimento feminista, que se caracterizava pelo essencialismo, como coloca (PINTO, 2001). Desde então, vários grupos de mulheres tem se organizado no plano político para reivindicar direitos.

De forma sucinta, apresenta-se a história da reivindicação de direitos por parte de mulheres. Os primeiros movimentos feministas são compreendidos como os movimentos da igualdade. Trata-se de um período em que uma diversidade de grupos vão construir discursos para romper com o processo de dominação patriarcal. Nesse momento, muitos movimentos vão buscar a superação das diferenças entre homens e mulheres num processo de comparação de fatores naturais, como a força física do homem e/ou anatomia da mulher.

Engels tirou a questão da opressão da mulher do domínio da biologia e inseriu no domínio da história, da cultura, tornando possível vislumbrar a superação por meio da política: se a submissão da mulher não é algo natural, pode ser superada. Por isso seus trabalhos são tão importantes para a mulher quanto ignorados pela cultura burguesa dominante (TOLEDO, 2017, p.20).

Para Cecília.(2001). que acredita que a mulher só terá sua liberdade total com uma revolução social, e que a luta contra as opressões e para ser travada desde seu início e com a derrocada do sistema atual que se alimenta e promove essas opressões como forma de controlar os

Ciências Sociais, também na França, aonde fez seu doutorado. Seus principais campos de atuação são as Representações Sociais, Alteridade, Cultura e Saúde Mental. Ver < <https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/professora-denise-jodelet-recebe-titulo-honoris-causa> > Acesso em 23/07/2019

⁶ Stuart Hall - Sociólogo Jamaicano iniciou os (Estudos Culturais) onde tem direta relação com identidade dos sujeitos considerando as dimensões de: cultura, raça, gênero, política etc.

trabalhadores a elevação da consciência da classe trabalhadora sobre sua condição de oprimido é a única saída

A passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento de incorporação do trabalho feminino à produção social. A força motora necessária para a produção foi transferida dos músculos do trabalhador para a máquina, abrindo caminho para a incorporação de mulheres e crianças ao processo produtivo (TOLEDO, 2017, p.52).

A título de recuperação da discussão dos movimentos da igualdade, recorre-se a um recorte histórico construído por (PINTO, 2001). Os movimentos feministas no Brasil se forma no início do século XX, de forma plural em que pelo menos três grupos se construíram e vão promover várias esferas públicas. Uma primeira fase do movimento, tem três frentes de ação. A autora fala de um movimento considerado conservador, e não menos importante, fora liderado por Lutz (2010), que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos (LUTZ, 2010, p. 14).

Uma segunda vertente é a que a autora denomina de feminismo difuso, que se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. De acordo com a autora se formava por mulheres cultas com vidas públicas excepcionais, como professoras, escritoras e jornalistas. Essa corrente lutava para além dos direitos políticos, mas ainda pela educação. Falavam em dominação dos homens e no interesse em deixar a mulher fora do mundo público (LUTZ, 2010, p. 15).

E, por fim, um terceiro que era mais radical, se ligava ao movimento anarquista do partido comunista. Tratava-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes dos movimentos de esquerda que defendiam a liberação da mulher de forma radical tendo na maioria das vezes questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas (LUTZ, 2010, p.15).

Assim, esses se destacam pela luta de igualdade de oportunidades e direitos individuais como o voto, a igualdade no mercado de trabalho e os mesmos direitos legais. Todavia, a grande crítica desse movimento é que são considerados essencialistas. Esse último se trata de uma perspectiva que emerge no iluminismo e considera apenas uma identidade, que seria fixa, ou seja, não haveria uma multiplicidade de mulheres e sim ‘uma’ mulher que representaria todas (MELO, 2003). Se trata de uma visão em que considera todas as mulheres num único ‘modelo’, desconsiderando as condições sociais historicamente específicas. Nessa visão, as diferenças estariam pautadas no determinismo biológico, e se dariam em função da força física, da inteligência, e das afinidades. Um ideário que vai moldar o olhar de toda a

sociedade, e denominado por antropólogos dicotomias estruturantes como natureza/cultura; masculino/feminino/; seco/molhado, entre outras.

Esse viés é criticado por (FRASER e WINCLHOLSON, 1990). Assim, essa primeira onda do movimento feminista denominada de feminismo da igualdade, vai predominar até os anos de 1960, se caracterizando pela denúncia de desigualdade e discriminação a partir de ideias universalistas e essencialistas. Um ideal que é superado pelo feminismo da diferença.

O movimento da igualdade não considera a diversidade cultural e sexual que forma a sociedade, como o que defende o feminismo da diferença. Esse feminismo emerge a partir dos anos de 1970. Pinto (2001), denomina essa, como uma segunda onda do movimento, que se formaria a partir de um caldo político e cultural que vivenciava tanto nos Estados Unidos da América quanto na Europa. Esses movimentos vão servir de base para um novo posicionamento da sociedade civil, formando uma diversidade de movimentos sociais. Nesse período, há uma discussão latente desde as décadas anteriores sobre o processo de construção cultural que já se discutia na Europa no livro “ O Segundo Sexo”, de SIMONE DE BEAUVOIR.

Junto com a publicação do livro de Beauvoir, já se faz menção de que o feminino e o masculino são construções sociais, e então se desvincula o gênero da natureza, saindo dos essencialismos da biologia. Assim, a categoria gênero vai se firmar no discurso corrente na década de 1970 e se trata de um processo de construção social das diferenças sexuais e da percepção; do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino (SCOTT, 1990). Para além disso, se refere a um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção histórica das identidades masculinas e feminina. Esse é considerado a terceira onda do movimento, conforme coloca (PINTO, 2001).

A principal teórica que constrói o conceito de gênero é (JOAN SCOTT, 1989). Ela utiliza quatro elementos inter-relacionados para explicar como as desigualdades de gênero se estabelecem nas relações sociais. O primeiro se trata dos “símbolos culturais” que evocam representações múltiplas da mulher, muitas vezes contraditórias, como é próprio da cultura. O segundo se trata dos “conceitos normativos” expressos na religião, educação, na ciência, na política, no direito e tomam forma de uma oposição binária que afirma o sentido do masculino e feminino. O terceiro elemento se refere às organizações e instituições sociais e o quarto a identidade subjetiva.

Juntamente com esse movimento da diferença emerge uma corrente, que denomina-se de feministas marxistas, que vai ser contemporâneo ao movimento da diferença, e perpetuar

até os dias atuais. No tocante a questão da mulher, a perspectiva marxista assume uma dimensão crítica radical ao pensamento conservador. Nesse sentido, a família que também foi essencializada como algo de base ‘natural’, reificava a diferença entre homens e mulheres pautada na divisão sexual do trabalho. Ficava a cargo da mulher a produção doméstica e a reprodução social corroborando Toledo com a fala das feministas da época.

[...]apesar de ter sido confiscada pelo capital e ir à fábrica a mulher não foi libertada da escravidão do trabalho doméstico. trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que uniu a mulher à classe operária e lhe deu, assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, já que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa. Ela é um ser único que exerce duas funções sociais (TOLEDO, 2017, p.52).

A obra a qual as feministas recorrem é a “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Marx e Engels (1884) e notar que a mulher se encontra numa situação inferiorizada em relação ao homem, e ainda numa situação de classe. Todavia, os marxistas ainda reificam a desigualdade ao desconsiderar o trabalho doméstico como trabalho. Assim, ao colocar o trabalho como referencial social, evidencia-se não só a divisão social do trabalho, mas ainda uma divisão sexual do mesmo. Nesse contexto, incorre sobre a mulher não só o trabalho desvalorizado, mas uma sobrecarga quando se observa a ‘obrigação’ em relação à família.

Sua vida está direta e indiretamente sujeita às oscilações do mercado: é sempre a primeira a ser demitida diante do menor indício de crise. Assim conforma um grande exército de reserva de força de trabalho disponível e barata para as empresas capitalistas. Elas são sempre escolhidas para ocupar sempre os piores postos, em geral no setor de serviços (doméstica, quituteira, faxineira, lavadeira, babá e outros), onde aliás os salários são mais baixos, e a precariedade das relações trabalhistas, mais profundas. Também estão presentes no serviço público, categoria formada em sua esmagadora maioria por mulheres (TOLEDO, 2017, p. 63).

Em sua obra gênero e classe a Professora Cecília (2017) traz a discussão da opressão atrelada à exploração utilizada pelo sistema capitalista para a divisão da classe trabalhadora, mas diz que para as mulheres esses males são ainda mais prejudiciais.

A dupla condição da mulher - de reprodutora do capital e de força de trabalho - foi agravada com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Tradicionalmente a mão de obra feminina pertence ao exército industrial de reserva. O capitalismo lança mão dela em determinados períodos, sobretudo quando necessita de maior produção (TOLEDO, 2017, p. 56).

Somente a partir do momento em que se passa a ver as diferenças imbuídas de significados simbólicos e culturais é que se percebe que se trata de uma construção social,

marcado pela cultura, que permeia todo espaço. Com isso, emergem novas perspectivas de movimentos que vão se orientar no que se passa a chamar de teoria de gênero.

Feministas como Joan Scott e Heliete Saffioti (2004) nos diz que num sentido mais amplo, o gênero é entendido como uma construção social e histórica. Histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e, ainda as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade alicerçada pela desigualdade, sejam de classe, raça, gênero ou etnia. Assim, a categoria gênero tem sua origem no feminismo, que se trata de uma perspectiva teórica e uma postura política, um jeito de estar e atuar no mundo.

Embora sem muita força política o gênero tem concorrido para a construção de espaços sociais mais democráticos. Isso porque a partir dos últimos 20 anos passou-se a reconhecer as diferenças dadas pela biologia, criando ações afirmativas para aqueles que historicamente não teve as mesmas oportunidades, como é o caso das mulheres.

É nesse contexto de equidade de gênero que se avalia a política habitacional em questão. Considerando o projeto técnico social, e as exigências de participação política, o mesmo deveria ter ações, como oficinas de empoderamento feminino, conscientização das desigualdades de gênero, dentre outras, bem como a forma de atuação política das mesmas nos espaços de decisão.

4.3 - A construção social do espaço

Vale ressaltar que tanto sujeitos, como mulheres, lugares também carregam significação social, como coloca (BOURDIEU, 2002). Isso porque o mesmo passa por uma construção social, que deve ser entendida como a construção de significado e de relações sociais no mesmo, ou seja, envolvendo todo um aparato de visão e divisão do mundo social e representações do grupo envolvido.

Nesse contexto, a construção do lugar se concretiza enquanto um espaço de pertencimento num novo espaço, socialmente construído. Esse processo se dá mediante a colaboração de atores sociais que desenvolva determinado sentimento de pertença através de uma identidade positiva. Isso porque como coloca Goffman (1963), no contrário de uma identidade deteriorada⁷, a positiva faz com que tais sujeitos tome posicionamento marcando e demarcando espaço.

⁷ Assume-se de imediato que a sociedade em geral se classifica e classifica os diversos atores que o compõem. Para isso, considera, desde a antiguidade marcas que os identificam numa categorização social. Para isso estabelece-se meios de identificá-lo socialmente. De acordo com Goffman, se trata de uma identidade social

Outro autor que vai contribuir para a presente reflexão se trata do filósofo CERTEAU (1994). Para ele, espaço ‘produzido’ se trata de um espaço vivido, construído nas relações e inter-relações sociais entre atores políticos e sociais. Estes são espaços de disputas, em que tais autores marcam posições e delimitam sua área de poder através de redes de relacionamentos. Nesse processo, o sujeito encontra um lugar para si, levando em conta referências identitárias, que juntamente com o grupo construirão fronteiras para si e para o outro numa relação de alteridade. Todavia, o sujeito constrói relações que vão mudar a depender do momento histórico, e este espaço numa perspectiva de maior proximidade se torna o que Milton Santos denomina de lugar.

Assim, o lugar, na literatura, associa-se ao local de moradia, da sociabilidade e, ainda do pertencimento. Isso significa dar sentido a partir de práticas culturais e experiências que naturalizam as racionalidades própria do grupo social, a partir das representações sociais. Assim, o espaço físico marcado pelo sujeito seria o substrato no qual ele irá construir sua visão de mundo, ou seja, sua cultura (GEERTZ, 1989).

Assim, o espaço se trata de uma categoria construída socialmente, ou sócio espacial, todavia, o autor é bem enfático ao elencar outras categorias que servem para analisá-lo. Trata-se da forma, função, estrutura e processo. Para ele forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, seja visto isoladamente seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial.

A função para Santos (2005), implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, ou seja, no caso de uma casa tem a função de habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas funções. A partir dessas definições, Santos (2005), constrói a ideia de estrutura social para captar a natureza história do espaço. Por estrutura, Santos (2005) coloca que diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade de um dado momento no tempo.

Além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização social feita pelo homem. Compreende-se estrutura, as posições de grupos sociais em relação a outros, que vão ser ‘dadas’ a partir de uma lógica de capital, que pode ser econômica, ou simbólico, conforme coloca (BOURDIEU, 2017).

Todavia, para Santos (2005), há uma relação entre estrutura-social-natural, onde serão criadas formas e funções. Para uma melhor compreensão, a forma seria o aspecto visível, exterior ao um conjunto de objetos: as formas espaciais; função diz respeito a atividade

virtual. Assim, o termo estigma é usado como referência a um atributo profundamente depreciativo. Assim, o mesmo concorre para a criação de estereótipos que leva o sujeito a um relativo descrédito (1963;p. 14).

desempenhada pelo objeto criado, em constante processo, ou seja, há uma ação que é realizada de modo contínuo visando um resultado, que também leva em conta o aspecto tempo e mudança.

Na perspectiva de Bourdieu (2017), todo espaço é social. Para o autor a noção de espaço contém em si o princípio de uma apreensão sempre relacional, do mundo social. Assim, indivíduos ou grupos vão construir realidades que servirão para marcar posições. Vão se afirmar pela diferença, (BOURDIEU, 2011, p. 48). Assim, o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas são mais eficiente (BOURDIEU, 2011).

Nesse contexto, vão construindo o campus social onde elementos marcadores de classe, gênero e cor são tomados como referência no processo de uma estratificação social. Esses atores entram em disputa por imposição de visão de mundo, e consequentemente poder sobre o espaço, formando, assim, uma espécie de campus social. Para isso, entra a necessidade de marcação de territórios.

Os dois autores escolhidos para definição foram Raffestin, e Haesbaert (1997), que tratam o território e a territorialidade a partir de uma concepção multidimensional. Raffestin coloca que o território e a territorialidade ocorrem através da atuação do Estado, porém, acontecem também através de outras ações sociais, efetivadas por empresários, organizações políticas e indivíduos, dando uma ideia de redimensionamento de relações de poder..

Isso significa que um bairro por exemplo, é parte de competência de um poder político local, mas que existem subgrupos que também vão marcar territorialidade naquele lugar. Para Haesbaert (1997), a distinção entre território como instrumento do poder político e espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e ou religioso é fundamental. Nesse caso há uma conjugação entre processos simbólico-culturais e político administrativos, com apropriação e controle. Expressado na fala da beneficiária abaixo.

Nadjiedja (2018) - Não.. Foi acontecer é... depois da realocação. Assim, a gente... quem morasse, como era muito grande a extensão aí cada pedaço tinha quem organizasse alguma coisa, onde eu morava eu sempre gostava de fazer natal pras crianças, de fazer festa de ano novo, uma festa de São João. Lá no final tinha Rosa que também morava no final, ela gostava de fazer... trazer atração, a Neide morava no meio gostava também. Então assim, cada pedaço tinha quem fizesse sua própria organização.

Nesse sentido para Haesbaert (1997), o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como

apropriação simbólica, indenitária, inerente a certa classe social (grupo social). Há uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. Assim, o território envolve, ao mesmo tempo, mesmo em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos.

Assim, todo espaço é socialmente construído a partir de uma lente que transversaliza experiências/identidades de classe, gênero e raça, além de estar a todo momento em disputas pelos diversos atores.

A partir dessas considerações a seguir apresenta-se os resultados da primeira fase da presente pesquisa, iniciando pela apresentação da política habitacional da qual se trata no conjunto.

5. RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste eixo do trabalho, será apresentado um resgate do quantitativo inicial de famílias que residiam na antiga comunidade Abençoada por Deus, dados estatísticos sobre o perfil socioeconômico destas famílias, localização geográfica da comunidade e fotos relacionadas ao novo conjunto habitacional. Em seguida, serão mostrados quatro eixos que se correlacionam com a comunidade. Os eixos apresentarão as dimensões referentes à: Etnografia, apresentação da política, gênero e por derradeiro as representações sociais.

Quadro II - Quantitativo dos Moradores residentes na Comunidade

População (habitantes)	1.349 pessoas (<i>per capita</i>)
Número de famílias	428 Famílias
Número total de imóveis cadastrados	430 barracos
Residenciais	416
Comerciais	1
Mistos	12 (casa/comércio)
Não residenciais	2

A autora (2019) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

O quadro II mostra o quantitativo de famílias que residiam na comunidade Abençoada por Deus. É possível perceber, que o quantitativo *per capita* de residentes da antiga moradia

era de um universo correspondente a 1.349 pessoas e quando o quantitativo por pessoas foi convertido em famílias, totalizou um universo de 428 famílias residentes. Com relação aos imóveis cadastrados destacam-se os barracos com um total de 430, onde deste universo apenas um, era comércio e 12 eram habitações mistas, isto é, o local de moradia também era utilizado para atividade comercial.

Tabela I - Faixa etária predominante na comunidade investigada

Idade de 0 a 6 anos
23.57%
Idade de 7 a 10 anos
11.12%
Idade de 11 a 14 anos
9.64%
Idade de 15 a 20 anos
8.97%
Idade de 21 a 30 anos
24.02%
Idade de 31 a 40 anos
13.05%
Idade de 41 a 50 anos
5.56%
Idade de 51 a 60 anos
2.52%
Mais de 60 anos
1.04%
Não informou
0.51%

A autora (2019) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A tabela I indica que as faixas etárias predominantes dos residentes eram compostas por pessoas com idades entre 21 e 30 anos com percentual de 24.02%, seguido, por crianças com idades entre 0 e 6 anos com percentual de 23.57% e, pessoas com idade entre 31 e 40 anos com um percentual de 13.05%. Os valores em vermelho e negrito foram colocados para dar destaque aos resultados das tabelas

5.1 - Um olhar etnográfico

O quadro do referencial teórico deste trabalho trouxe o conjunto de princípios, definições e categorias que têm sustentado a presente pesquisa. Assim, o tema das políticas habitacionais nos leva aos objetos centrais deste trabalho, ou seja, a relação entre estado e

sociedade, a dimensão cultural no processo de construção social do espaço. Em especial, chama-se a atenção para o fato de que nessas últimas versões das políticas habitacionais há uma recorrência de conjuntos feitos por prédios. Um fato que tem desafiado ainda mais os pesquisadores, pois exigem uma articulação política por parte dos/as beneficiários/as.

5.2 - Apresentação da política analisada

O Conjunto habitacional avaliado é parte do Programa PROMETRÓPOLE, que utiliza recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Trata-se de um acordo entre o Ministério das Cidades e o Banco, sendo o primeiro reconhecido pelos gestores públicos municipais como o principal parceiro da Prefeitura nas ações do Programa Recife Sem Palafitas. Praticamente todas as intervenções contam com o apoio do Ministério, através do repasse de verbas. (Fonte: dados da pesquisa, 2018).

Vale destacar-se o Habitar Brasil, programa criado pelo governo Federal na gestão 1995-1998. O Programa, que opera fundos captados pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), embora solicite contrapartida de recursos próprios, não exige o endividamento dos municípios, o que o torna uma das principais fontes de recursos para grande parte nas iniciativas de urbanização de favelas no País (IBAM 2002).

A Fundação Odebrecht e a Fundação Banco do Brasil também são aliadas importantes para o aparato de recursos, implementação de ações e consolidação da metodologia do Programa. Além disso, bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Banco no Nordeste são identificados como três experiências de inclusão social e desenvolvimento local que fornecem apoios por meio de financiamentos, aporte de recursos para a urbanização e oferta de microcrédito para pequenos empreendedores, respectivamente. (Fonte: dados da pesquisa, 2018).

Pelo fato de consistir em um grande "guarda-chuva" que abriga diferentes projetos, o Programa Recife Sem Palafitas não dispõe de rubrica orçamentária própria: o total de recursos investidos até o final de 2004, na ordem de mais de R\$ 27 milhões, são a somatória dos orçamentos de cada iniciativa que o compõe. (Fonte: DADOS DA PESQUISA, 2018).

Além dessas considerações vale ressaltar o HBB - PROGRAMA HABITAR BRASIL BID, que se trata de um Programa de execução de projetos integrados de urbanização de áreas degradadas ou de risco, ocupadas por sub habitações, predominantemente, por famílias com a renda mensal de até três (3) salários mínimos e ampliação e modernização da capacidade

institucional do município para atuar na melhoria das condições habitacionais, prioritariamente, das famílias de baixa renda. São parceiros neste Programa: o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Ministério das Cidades; a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura do Recife, a URB/DPE e a SEHAB - Prefeitura do Recife. (Fonte: dados da pesquisa, 2018).

Assim, o HBB financiou a construção de 320 unidades habitacionais, residencial Torre, no bairro da Torre. Encontrando-se, ainda, em processo de licitação a construção de 759 unidades habitacionais entre as comunidades Abençoada por Deus (palafitas - Torre), Padre Miguel (palafitas - Afogados), Campo do Vila (Espinheiro) e Vila Imperial (Encruzilhada) que desfrutarão dos recursos financeiros advindos também deste programa (Fonte: dados da pesquisa, 2018).

A crítica em torno das políticas habitacionais, fez com que os mesmos se preocupassem com outros que contribuem para seu fracasso. Assim, O programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas (Fonte: dados da pesquisa, 2018).

O Programa Habitar Brasil/BID objetiva a promoção de intervenções em assentamentos subnormais, localizados em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas, por meio dos dois subprogramas descritos a seguir:

Desenvolvimento Institucional de Municípios/DI, que Objetiva a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio da criação ou aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, e da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor. Visa, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo a ocupação irregular de áreas.

Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS traz como proposta a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos (fonte: documentos da pesquisa; 2018).

Está destinado, para aplicação no programa, um total de US\$ 417,0 milhões, dos quais US\$ 390,00 são operados pela CAIXA da seguinte forma: São aplicáveis ao programa as

diretrizes e regras do Contrato de Empréstimo 1126 OC/BR e seus anexos A,B e C, celebrado entre a União e o BID, o Regulamento Operacional, o Manual de Orientações dos Subprogramas DI e UAS e seus anexos.

É aplicável, também, a Lei de Licitações e Contratos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei 9.785/99, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos), bem como as instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional: Instrução Normativa 01/97, de 15/01/1997 – STN: Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos e dá outras providências.

Instrução Normativa 02/99, de 26/04/1999 – STN: Dispõe sobre a programação e execução orçamentária e financeira: Instrução Normativa 05/00, de 08/06/2000 – STN: Dispõe sobre o cumprimento do disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Instrução Normativa 01/01, de 04/05/2001 – STN: Disciplina o cumprimento das exigências para transferências voluntárias, constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, institui o Cadastro Único dessas exigências (CAUC) e dá outras providências.

Além disso, o contrato coloca como entidade gestora do recurso a CAIXA que é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa. Esse, é realizado com os recursos previstos no Contrato de Empréstimo 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID. Tem como Órgão Gestor o Ministério das Cidades.

Nessa documentação ainda verificou como condição de execução a necessidade do Conselho Municipal de Habitação na solução de algumas questões centrais como o controle da política. Para isso, em termos de Brasil tem-se já na constituição de 1988 a exigência de Conselhos para a implementação de uma política pública, dando a oportunidade de participação dos/as beneficiários/as no processo de tomada de decisão, criando assim o que Habermas denomina de democracia deliberativa (Habermas, 1992). Essa será melhor explorada no capítulo seguinte, por estar relacionada com a discussão entre estado e sociedade.

Já de imediato esclarece-se que essa relação é entendida aqui como fruto de um processo histórico, social e cultural e que se adequa ao discurso a partir das representações sociais, ou seja, de sua visão de mundo. Nesse contexto, é que a literatura é unânime em considerar a forma como se deu por processo de construção da cidadania brasileira. No caso brasileiro, a lógica de organização do Estado vem da esfera privada por não ter havido uma

‘revolução’ burguesa, conforme retrata a obra de “Os Donos do Poder” (BORIS FAUSTO, 1957). Esse processo promove uma cisão entre estado e sociedade, dificultando a tomada de posição e decisão por parte da sociedade civil. Isso é observado na relação entre beneficiários/as e as instituições do Estado, como foi colocado pela entrevistada:

Ângela - Qual as consequências de ser pela caixa ? a melhoria fia o valor que tinha para você, você tinha o documento de que ele era seu com o documento você pode dizer que é seu , **Ângela- pela caixa para quem estava pagando terminaria agora em dez anos.** **Elena -** já passou dez anos , **Ângela- agora Pela prefeitura eu não sei quais são as regras;** **Elena -** ele não é seu ,pela prefeitura ele nunca será seu, **Ângela - eles não dão os documentos de posse não?** **Elena -** Não! (2018).

Assim, verificou-se que a presente política foi implementada seguindo a orientação da Constituição Federal quando versa sobre a participação social. Entretanto, isso não significou um grande ganho para os/as beneficiados/as na medida em que esses/essas não tiveram suas decisões respeitadas, como se viu no relato anterior. Então questiona-se: Em que medida suas condições de classe e gênero concorrem para um descrédito de suas vontades? A seguir, respondeu-se essa questão.

5.3 - Condição de Gênero: Representação de Gênero no Conjunto Habitacional

Iniciaremos a discussão de representações de Gênero no conjunto Habitacional ,partindo do olhar da realidade de algumas autoras como SCOTT, TOLEDO e SAFIOTT :

o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (SCOTT,1989, p.3)

Na citação abaixo Scott traz a visão das feministas sobre o tema , diz que as questões das mulheres foi renomeada para que tivesse mais credibilidade no meio científico.

o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. (SCOTT,1989 p.3)

De imediato, torna-se relevante colocar o protagonismo de mulheres no processo de construção coletiva dos conjuntos habitacionais, levando-as ao protagonismo da ação política. Sendo assim, vale o estranhamento da relação entre mulheres e atuação política, podendo levar a alguns questionamentos como: seria uma nova representação social do feminino? Ou uma estratégia de manutenção do poder local?. Para responder a tais questionamentos, cria-se

outros mais imediatos: pode-se dizer que há novas representações sociais de identidades de gênero e uma maior participação de mulheres nesses espaços políticos como a associação do conjunto? Ou, estariam elas desenvolvendo atividades políticas em virtude de uma nova representação social de Estado?

As respostas a tais questionamentos nos obrigam a recorrer à teoria antropológica para entender o que são representações sociais/cultura, identidade de gênero e suas relações com as políticas públicas. De imediato, é importante colocar que a grande maioria dos/as beneficiários/as foram mulheres chefes de família, negras e pertencentes a classes sociais populares. Entretanto, embora as informantes sejam mulheres, nas suas falas fica evidente que não há articulação política entre elas, nem mesmo junto ao Estado, como pode notar no discurso de uma das informantes: **Nadjiedja** - *Depois que o ⁸João Paulo saiu a gente ficou jogada aqui a gente ficou jogada aqui*” (2018).

Essa fala nos remete ao distanciamento entre as lideranças e o estado, anunciado uma representação negativa em relação ao mesmo. Todavia, vale ressaltar que ela se referia ao Partido dos Trabalhadores, que não se encontrava mais no poder local.

Com às representações de gênero, verificou-se na fala de uma das informantes a ‘naturalização’ da condição social da mulher através da seguinte fala: “isso não é coisa pra mulher”, se referindo à mobilização social dos moradores do conjunto para articular meios de discussão dos problemas atuais, aproximando assim da manutenção da ordem social dominantes em relação aos papéis e identidades de gênero. Que para Scott (1989 p.23) [...] O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. (SCOTT, 1989, p.6)

Esse posicionamento é de extrema importância na medida em que se entende a ação política como condições centrais para a solução coletiva de falta de trabalho e construção de acordos coletivos como normas de convivência social do conjunto habitacional. Isso faz com

⁸ João Paulo - prefeito de Recife pela gestão do Partido dos Trabalhadores - PT na década de 90.

que questões como iluminação, limpeza e recolhimento de lixo se torne um problema que ameaça a saúde dos mesmos.

Nadjiedja, 2018[...] Como... Mudando... A gente tem uma creche... Então a gente quando veio para o conjunto, a gente ganhou uma lixeira que ficava lá atrás, era enorme e aí invadiram, mas ainda existe a lixeira lá atrás. Então pra você vê a política daqui como é que... várias pessoas tem os filhos na creche, tem netos e faz questão de pegar seu lixinho e colocar no muro da creche. E a gente fica ali batendo, não bote lixo porque a criança tá ali... tem doença isso, aquilo... e não adianta de nada! Entendesse? É difícil!

Observou-se ainda uma certa intimidação por parte das lideranças em assumir o lugar de síndico dos diversos prédios. Entretanto, para que tais atores tomem posicionamentos nesses espaços para demarcação de poder fala-se da centralidade de uma identidade positiva, em contraponto da identidade deteriorada colocada por (GOFFMAN, 1963). Por entender que identidade se trata de um conceito subjetivo, sua avaliação requer técnicas capazes de medi-lo. Assim, viu-se obrigado a discutir as representações sociais identitárias de gênero, raça e etnia em virtude da política dar prioridade à mulheres chefes de família, e contraditoriamente a isso, ser os espaços de decisões políticas aqueles em que menos tem-se visto a incursão de mulheres. Assim, questiona-se: *qual a identidade é exigida socialmente nos espaços de decisão política? E, em que medida os grupos de mulheres tem conseguido romper com as identidades deterioradas e marcando posição nos espaços de decisões como no conselho municipal de habitação?*

Engels conseguiu materializar a opressão descobrindo sua raiz material, mostrando que a opressão da mulher foi surgindo nas diversas sociedades não tinham como causa básica a constituição do corpo feminino, sua biologia, mas era fruto de determinadas relações sociais que se assentavam na divisão e na exploração de uns pelos outros. A capacidade que a mulher tem de procriar passou a ser vista como sinal de fraqueza, de debilidade, pois essa ideia servia a um objetivo concreto: melhor explorar a mulher (TOLEDO, 2017, p.20).

Durante o processo de levantamento de dados, notou-se que o grupo não tem participado das reuniões do Conselho Municipal de Habitação. Entretanto, quando a Prefeitura convocou todos os moradores para verificar a situação do conjunto, houve uma pequena mobilização do grupo para saber o interesse do levantamento. Nesse momento, as lideranças colocam que mesmo depois de 10 anos residindo nos apartamentos ainda não possuem a documentação de posse dos mesmos, deixando de cumprir o que a ONU Habitat denomina de segurança da posse (2016).

Uma condição que nos leva a refletir sobre a relação entre estado e sociedade, ou melhor de como o estado utiliza de subterfúgio para a manutenção do poder. Nossa reflexão vem da fala de uma das entrevistadas:

Elena - ele não é seu ,pela prefeitura ele nunca será seu, **Angela- eles não dão os documentos de posse não?** L- Não!...e ainda disse na cara da pessoa, "disse nunca vai ser seu !" isso aqui nunca vai ser de ninguém! Nunca ! Nunca vai ser de ninguém , você esta morando ai esta certo mas,quando você fechar os olhos acabou, acabou! (2018).

As diferenças geracionais e a origem rural ou urbana se expressam também nos relatos, da dificuldade de acesso à educação e sua relação com a construção dos papéis masculinos e femininos, também é possível ver a mudança de discurso sobre como a educação passa a ser percebida como algo importante. Essa desvalorização da educação e sua relação com um contexto social, geracional e de construção dos papéis de gênero pode ser observada no relato de **Rosa**:

Rosa - A gente morava no interior e eu tinha muita vontade de estudar, tinha muita vontade mesmo de estudar.” “Eu não sei dizer o que era, que a minha mãe achava assim, ela não teve estudo, então naquela época as pessoas não davam, não davam assim muito valor p’ra estudo. Porque naquela época os homens a cinquenta anos atrás, quer dizer, muito mais né! Os homens, era assim, as mulheres ficavam mais em casa pra criar filhos né, pra criar filho e tomar conta da casa, lavar roupa, tomar conta da casa né. E os homens é quem trabalhavam trazia pra casa, sustentava a casa, tinha isso né.”(2018).

A divisão sexual do trabalho aparece como uma lógica de organização social. Assim, cabia às mulheres o trabalho doméstico e de reprodução social. No lado oposto cabia ao homem o trabalho no espaço público e a geração de renda para a família reificando a lógica colocada por (BOURDIEU, 2011). De acordo com uma informante: **Rosa** - “*Os homens, era assim as mulheres ficavam mais em casa pra criar filhos né, pra criar filho e tomar conta da casa, lavar roupa, tomar conta da casa né. E os homens é quem trabalhavam trazia pra casa, sustentava a casa, tinha isso né (2018)*”.

Todavia, o interessante, a se observar é que as informantes anunciam a importância dos estudos como uma condição de emancipação social, do ser humano e ainda das mulheres. E além disso, chama a atenção ao fato de se organizarem para a construção do conjunto habitacional, levando a compreendê-las como atores sociais emancipados.

Tabela II - Acesso a educação formal predominante na comunidade

Alfabetizado/a
1.72%
1º grau incompleto
80.08%
1º grau completo
3.81%
2º grau incompleto
2.96%
2º grau completo
1.91%
Não informou
2.48%
Não Alfabetizado/a
6.29%
Alfabetização
0.75%

A autora (2019) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A tabela II Revela que a grande maioria dos residentes possuía 1º grau incompleto com um marcante percentual de 80.08%, em segundo colocado, destacam-se as famílias não alfabetizadas com um percentual de 6.29% e, em terceiro colocado, as famílias com 1º grau completo com um percentual de 3.81%.

Rosa - Só que eu fui crescendo né, aquela vontade de estudar e não tinha como, não tinha como. A gente não ia, minha mãe não botou a gente pra estudar, minha mãe não botou a gente pra estudar, então eu tinha muita, tanta vontade de estudar que quando chovia e fazia, não tem quando a água passa, não fica aquelas é... Depois não fica aquelas, fica uma areia, aí eu fazia assim na areia, fazia assim, queria fazer um nome mas não tinha como, não aprendi, ninguém me ensinou aí eu não tinha como fazer (2018)

Assim, esse campo social traz algumas questões interessantes, como o fato de ser fruto de mobilização de um grupo de mulheres que vão acionar o estado e ainda trabalhar para o processo de construção social do mesmo. Nesse processo, é colocado as mulheres na condição de proatividade e protagonista nas questões políticas, dando a entender que estas conseguiram romper com uma possível identidade negativa sobre si e sobre o grupo, e construindo uma nova representação social em torno da condição de gênero, raça e classe. Isso porque na sua maioria são formadas por mulheres e negras, e reclamam a dificuldade de acionar o estado:

Imagino eu que não souberam (e não saibam) como fazer isso (organização política). São pessoas pobres, a maioria sem instrução escolar e sem formação de organização social. A intensa intermediação governamental para acompanhar a mudança dessas

peças era imprescindível e deveria ser permanente. Semana passada, sentindo-se abandonada pelo poder público, a presidente da Associação dos Moradores, Ivaneide Francisca, pediu ajuda a um especialista no assunto, o sociólogo Luís de la Mora, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Direitos Humanos da UFPE. Encontrei-o por um acaso, visitando o Abençoada por Deus na última quarta-feira, e foi lá que ouvi o professor De la Mora fazer o seguinte desabafo: “Estou muito preocupado. Vi esse conjunto sendo construído e posso dizer que a qualidade habitacional dessas pessoas está em degradação acelerada. Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015)⁹.

De acordo com as informantes, o Estado não se interessa pelo grupo, indo, seus representantes, ao conjunto somente nos períodos eleitorais, anunciando a perspectiva de Estado colocado por (BOURDIEU, 2017). Outro fato considerado negativo pelas informantes diz respeito à presença da política que era recorrente e sempre tratavam os/as beneficiários/as como bandidos, tratando-os com truculência. Nesse sentido, ratifica a ideia de Estado de Bourdieu (2017) em que o mesmo concentra vários tipos de poder e mantém, assim, uma posição de superioridade em relação à sociedade civil.

Respondendo os questionamentos iniciais, fica evidente as representações sociais dominantes, quais sejam a mulher como responsável pela educação dos filhos e pela reprodução social e o homem pelo trabalho no espaço público e pela renda familiar. Todavia, há uma tomada de consciência com relação ao capital proporcionado pelo estudo e ainda pela organização social e política do grupo. Todavia, o grupo, em virtude da forma de ação do estado, ainda há uma representação negativa em relação ao estado.

5.4 - Representações sociais dos/as beneficiários/as sobre o Estado

O estado moderno traz a burocracia, ou seja, a legislação como instrumentos de igualdade e, que também tem sido usado no processo de dominação, como Coloca Weber (1964), dando abertura para seu controle, criando condições de dominação de classe reproduzindo as desigualdades historicamente naturalizadas.

Com essas características esse estado vai se sobrepôr a outros demais, pois concentra instrumentos de legitimação de determinado ato, reunindo assim, condições para a legitimação do plano simbólico. Um processo que molda o olhar da sociedade a partir de um constructo social, que vai permear todo um imaginário social, ou seja nas representações

⁹ Diário de Pernambuco. Matéria de Silvia Bessa (texto) João Velozo (foto) ano (2015). Também, para mais informações temos os endereços disponíveis nas páginas on-line em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/04/10/no-lado-direito-da-rua-direita/> assim como: https://www3.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=21333:esquecer-am-de-cuidar-das-pessoas&catid=731&Itemid=228

sociais. Aqui é central colocar as práticas recorrentes do Estado, em que o mesmo reivindica seu poder sob o conjunto da RPA – 04 Iputinga:

Saíram de uma ilha de palafitas, casas erguidas com estacas acima d'água, e agora estão numa ilha de pedras. O lixo, a pobreza e policiais em ronda ainda fazem parte do ambiente daquelas pessoas. É quase inacreditável a ausência de uma rede de proteção social dos que moram no complexo habitacional anunciado pela Prefeitura do Recife como a primeira obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Brasil. O conjunto Abençoada por Deus, batizado assim por abrigar 428 famílias remanescentes de palafitas da comunidade de mesmo nome no bairro da Torre, em nada lembra as fotos publicitárias da época da inauguração, em 2008. Foi muito pouco tempo para uma deterioração tão profunda, digo como espectadora de dois momentos, Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015).

Condições que parece ratificar a desigualdade de classe estruturante da sociedade brasileira. Nesse contexto, o Estado continua se esquivando de suas obrigações no processo de emancipação social. Dessa forma ele reivindica o direito dado pelo acúmulo de capitais, criando condições para a manutenção de seu poder junto às demais classes sociais, conforme coloca BOURDIEU (2017). O autor fala de capital de força física e ou instrumentos de coerção, capital econômico, capital cultural (BOURDIEU, 2017, p . 99), sendo essas as estratégias sensíveis de manutenção. Nossa argumentação se baseia no depoimento a seguir:

Elena -[...] teve uma vez quase que eu morria aqui dentro vinha do trabalho vinha polícia de lá, da lombadas eletrônica quando eu vi estava perto , GOE (Grupo de Operações Especiais)Polícia Militar, o GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) tinha polícia do lado de lá e de cá tanta polícia não entrava ninguém, eu digo meu Deus olha para aí e disse meu deus venha cá ,aí eu disse eu vou entrar eu não estou devendo nada mas era tanta polícia tanta e ficaram me olhando troncho e eu passei disse boa tarde e entrei abri a grade abri a porta entrei depois que fechei a grade e a porta eu fiquei assim temendo toda me tremi muito, de medo a gente não sabe o que acontece depois soube que foi um cara que entrou com o carro que era roubado, e era tanta polícia e você fica meio sem ação, eu mesma fico, agora melhorou bastante eu acho que melhorou bastante (2018).

Após concentrar vários tipos de capitais, esse estado passa a dar uma espécie de “tom” no processo de diálogo entre Estado e Sociedade. Isso incide sob a não tomada de posicionamento dos/as lideranças do conjunto, em que fica evidente nas falas das entrevistadas. Então, não há possibilidade de empoderamento dos/as beneficiários? Para responder a tal pergunta, buscou-se suporte teórico na compreensão entre estado e sociedade a partir de (GRAMSCI, 1978). Esse autor faz uma análise brilhante para a compreensão de uma nova ordem social que garanta a emancipação popular. Para o autor a revolução deveria se dar na questão cultural, num estado ampliado através da participação social, centrando, assim, atenção à sociedade política. Esta deve ser pensada no seu sentido estrito, ou seja, a partir da coerção estatal (como salienta MARX, ENGELS e LÊNIN). Assim, ela se forma por um

conjunto de aparelhos nos quais a classe dominante detém e exerce seu “monopólio legal” (aparelhos coercitivos ligados às forças armadas e a polícia). Ao ter nas mãos esse monopólio, essa classe vai impor sua visão de mundo, no plano objetivo e simbólico, como coloca Bourdieu (2017). Esse processo vai hierarquizar e retificar as diferenças e desigualdades, seja ela de classe, cor e/ou gênero. Jugman Habermas

Outro autor que tem nos orientado sobre o processo de participação e construção de direitos foi Habermas (1992) quando trata da democracia deliberativa. Esse autor coloca o poder no discurso e não mais no aspecto econômico. Assim, o empoderamento perpassa pelo processo de participação social nos espaços de decisão.

Nesse sentido, analisa-se a tomada de posição do grupo pesquisado, em que as informantes deixam evidente a proeminência de suas tomadas de posição no processo de implantação da política analisada, como é colocado a seguir pela informante:

Elena - Não, foi a prefeitura não foi agente que foi a prefeitura se a gente ficasse parada lá quietinha a gente ainda estava lá na beira do Capibaribe, aí a gente conseguiu, mas foi muito bom isso aqui, mas eu gostava da minha favela, amava de paixão. L- Lutar pelo que a gente queria pelo habitacional, a gente já tinha feito uma comissão e não tinha conseguido e a gente lutava por tudo e agente ia para lá para a prefeitura, fazer reunião com a prefeitura [...] (2018)

É nesse contexto de tomada de posição no espaço político, que as classes sociais lutam por hegemonia, ou seja, lutam para conquistar aliados para seus projetos através de consenso e uma direção comum. Nesse contexto, a garantia de igualdade estaria na ação através da participação social, na ampliação do estado conforme coloca (GRAMSCI, 1978). Para ele, a ampliação se concretiza na relação entre a sociedade política e a sociedade civil, ou seja, através da hegemonia conquistada, através da coerção e pelo consenso. Nestes termos imagina-se um cenário de correlação de forças, em que visa a manutenção ou a transformação das relações sociais de acordo com os interesses da classe hegemônica. Assim, Esse contexto se expressa, ao mesmo tempo, nas esferas do Estado (nos poderes executivo, legislativo e judiciário), como também orienta e potencializa as lutas sociais concretamente existentes fora da esfera estatal (movimentos sociais, partidos, sindicatos, etc.). (GRAMSCI, 1978).

Assim, embora tenha participado do processo de construção do conjunto habitacional, o grupo não tomou frente numa prática discursiva que pudesse marcar e demarcar o espaço social a partir de um interesse de classe.

Talvez porque, no cenário brasileiro, tem-se no imaginário coletivo uma democracia relativamente frágil, onde o Estado reproduz a lógica da família extensa de Gilberto Freire. Trata-se de um estado patrimonialista, em que o cidadão não se reconhece enquanto parte de

um processo democrático. Aqui, tem-se a cidadania como condição em negociação, ou seja, trata-se de uma cidadania regulada como coloca (CARVALHO, 2014). Essa visão se torna mais evidente através da avaliação das representações sociais dos/as beneficiários/as, em que o Estado tem dono.

Essa visão vai incidir diretamente sob a tomada de posição do grupo analisado, então questiona-se: O trabalho técnico social trabalhou a participação social do grupo?, já que deveria ser trabalhado imediatamente pelo técnico social, no sentido de romper com visões de mundo cristalizado pela cultura. Este tem o papel de mudar o imaginário e através de novas representações sociais dar condições para que os/as beneficiárias se tornem atores de sua própria história, incluindo um posicionamento de cidadão. Nesse sentido pode se tornar o que Gramsci (1978) denomina de intelectual orgânico. E aí vale ressaltar que o Projeto Técnico Social se trata de uma exigência da política, todavia tem sido executado pelo poder local. O que nos leva a refletir em que medida é do seu interesse que haja o empoderamento dos/as beneficiário/as?

Concomitantemente ao estado centralista e patrimonialista, ainda há outros fatores que merece ser trazido, como o fato de a grande maioria dos beneficiários/as serem mulheres marcadas por identidades deterioradas, em virtude das suas condições de gênero, raça e classe. Assim, tais fatores concorrem inclusive para suas tomadas de posição no espaço público, em virtude do que Goffman (1963) denomina de identidade deteriorada, dada pela experiência da pobreza.

Assim, sem uma tomada de posição nos espaços de decisão por parte dos/as beneficiários/as, a classe dominante consegue se manter nos aparelhos do estado. Além disso, esse mesmo estado busca a manutenção da ordem unificando o mercado cultural. De acordo com Bourdieu (2017) isso acontece quando unifica todos os códigos, quais sejam o jurídico, linguísticos dentre outros, através dos sistemas de classificação, que vem inscritos no direito, nos procedimentos burocráticos e nas estruturas das escolas. Com isso ele molda as estruturas mentais e constrói socialmente formas de visão e divisão do mundo (BOURDIEU , 2017, p.105).

Com isso ele se veste de um capital central na sociedade de classe, qual seja, o capital simbólico se trata de uma propriedade em que os demais agentes sociais entendem e a reconhecem com certa legitimidade, atribuindo-o assim, um certo valor. Nesse contexto, o estado que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas, vai construir e exercer tal poder (BOURDIEU , 2017, p. 107 - 108).

É nesse contexto, que a própria lógica da política habitacional tem servido para a reificação das condições de dominação do estado. Isso porque se trata de um programa de remoção de beneficiários em função da residência em local de instabilidade, como nos leitos dos rios. Todavia, se trata de um processo de desterritorialização de um grupo social. Isso implica, obrigatoriamente, no esfacelamento de relações de apoio do mundo da vida. enfatizado na fala da beneficiária abaixo:

Nadjiedja - Foi a prefeitura que formou... Ela formou uma comissão de quinze moradores para ficar acompanhando todo o processo da construção, da mudança... o sorteio de quem, pra onde cada um ia, entendesse... assim, gente pensava que quando viesse iria ser os mesmos vizinhos, a mesma... que já era acostumada a dezesseis anos só que não foi, foi sorteio. Aqui no meu prédio mesmo eu não peguei ninguém vizinho meu e até hoje eu acho um absurdo. Porque lá a dezesseis anos morava a gente era uma família. A gente fazia festa, a gente era um ajudava o outro. Aqui eu moro a dez anos e nunca consegui fazer uma festa, uma confraternização no prédio que eu moro. Assim, o povo cada um é desunido, é cada um por si.[...]

Assim, a política habitacional coloca em evidência questões centrais como a hierarquia de classes dada pela condição financeiro e/ou pelo capital cultural de um grupo sociais sobre outro. Isso porque via de regra a classe pensante das ações de governo ou de estado não são as mesmas usuárias de tais programas, possuindo assim, olhares diferenciados como coloca (CERTEAU, 2017).

Entretanto, Certeau (2017), coloca que esse beneficiário/as, não é nem de longe um sujeito submisso e passivo, aceitando ‘naturalmente’ uma dominação por parte dos planejadores que se sentem superiores a eles/elas e querem assim, impor determinada visão de mundo, e de cultura. Aqui cita-se como exemplo a vida em conjuntos de prédios. Um tipo de habitação que requer a construção de normas coletivas, com serviços e normas negociadas.

Elena - ninguém quis que fosse pela caixa, ninguém na reunião ninguém aceitou, ai eu disse gente não é melhor fazer um documento pela caixa não, "não porque a gente vai ter que pagar como é que a gente vai pagar, ai eu disse mas gente ai agente vê, faz uma reunião, "não não agente vai ter que pagar", ai fizeram uma ata para todo mundo assinar, ai ninguém assinou, aqui era para ser um condomínio fechado não era para ter isso não, o portão porque esse era para ser o fundo do condomínio (a área que sai na av. Maurício de Nassau) "mas muita dificuldade para comprar as coisas a gente vai comprar as coisas na loja e para o caminhão entrar teria que fazer o arrudeio todinho, eu me arrependi, ter aberto o portão porque era um portãozinho aqui estreitinho só tinha entrada e saída, mas a pista principal é esta daqui, mas não era para ter aberto não, era para agente ter concordado ter colocado na pauta e ter assinado tudinho bonitinho pra a gente ter uma pessoa aqui tomando conta fazer uma guarita, para uma pessoa ficar ai tomando conta para ser organizado era para ser assim do jeito que a caixa sinalizou que era para ser assim.

Todavia, para o processo de eficiência de uma política habitacional tem-se como condição a emancipação social e a tomada de posição do grupo frente aos desafios do

cotidiano. Assim, observou-se que a vida no conjunto tem exigido acordos coletivos sobre serviços básicos, como limpeza das áreas coletivas como corredores e escadas. Além disso, tem-se ainda a questão da divisão do custo da água e iluminação coletiva, como é colocada por uma das informantes. Em um dos prédios havia 3 anos que a energia elétrica não estava sendo paga Fonte: (DADOS DA PESQUISA, 2018).

Tabela III - Renda das famílias residentes na comunidade investigada

Famílias com renda de zero até meio salário mínimo
Total = 16.32%
Famílias com renda até um salário mínimo
Total = 37.50%
Famílias com renda até dois salários mínimos
Total = 9.41%
Famílias com renda até três salários mínimos
Total = 0.59%
Famílias sem renda
Total = 35.59%
Famílias sem renda fixa
Total = 0.15%
Não informou
Total = 0.44%

A autora (2019) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A tabela III aponta que majoritariamente as famílias que residiam na comunidade Abençoada por Deus detinham uma renda de até, um salário mínimo totalizando um percentual de 37.50%. Na segunda colocação deste ranking, destacam-se as famílias que não possuíam renda com percentual de 35.59% seguido por famílias com renda entre zero e meio salário mínimo ocupando a 3ª colocação com 16.32%. Revelando um preocupante dado socioeconômico sobre as condições que estas pessoas se encontravam.

Tabela IV - Ocupações majoritárias na comunidade segundo profissão

Aposentado/a
2.21%
Pensionista
3.38%
Do lar
24.26%
Empregada doméstica - faxineiro/a
17.65%
Biscateiro
9.85%
Servente/ Serviços gerais
2.94%
Vigilante
2.21%
Outros
8.24%

A autora (2019) Fonte: (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO DA COMUNIDADE ABENÇOADA POR DEUS, 2004)

A tabela IV demonstra que majoritariamente as profissões exercidas pela maior parte das famílias residentes, eram relacionadas às atividades do lar (dona de casa) com um percentual de 24.26% seguido por empregada doméstica/faxineiro (a) com um percentual de 17.65% e biscateiro com um percentual de 9.85%.

Fazendo uma síntese das quatro tabelas apresentadas, verifica-se, que o público majoritário e residente da comunidade abençoada por Deus, era composto de famílias que detinham uma renda de apenas um salário mínimo seguido por nenhuma renda, com primeiro grau incompleto, trabalhando em atividades relacionadas ao ambiente doméstico (Dona de casa e empregada doméstica) e entre idades de 0 a 40 anos.

De acordo com os dados mais de 90% dos/as beneficiários/as são mulheres, chefes de família, que residiam em um assentamento através da ocupação em virtude de suas faltas de moradias e condições financeiras para a aquisição de uma casa. Além da falta de moradia, ainda havia a falta de trabalho do grupo, sendo que grande parte exercem atividades de diaristas, que não possuíam garantias de direitos sociais, como carteira assinada. Esses fatos nos remetem a desvalorização tanto do trabalho feminino quanto do trabalho doméstico. Assim, mesmo que trabalhem fora não tem seus direitos garantidos, se tornando assim, o que Gouveia (2006) denomina de classe ao revés na medida em que o grupo contribuía para a condição de uma não classe social na perspectiva marxista. Todavia, é importante salientar

que uma das maiores críticas das feministas a teoria marxista e que o mesmo não considerou o trabalho doméstico como trabalho, então não estabelecendo valores. Essa condição incide sobre a tomada de posição das trabalhadoras no sentido de reivindicação de direitos junto ao estado.

Nadjiedja - [...] E aqui a gente tinha que pagar tudo isso, condomínio, água, luz. O tanto que, dez anos que a gente tá aqui, poucos apartamento aqui paga água e muitos morador não paga energia. Porque eu mesma sou uma moradora daqui e eu ficava falando, fui pra Celpe uma vez e dizer na Celpe que a minha chefe que era enfermeira, morava na área nobre perto do Carrefour pagava cento e trinta reais de energia, eu que morava na favela e pagava... e vinha cento e oitenta reais de energia. Como é que uma pessoa que é carente, que não tem emprego vai pagar uma conta dessa?(2018)

Entretanto, uma questão colocada pelas informantes se refere ao fato do fortalecimento do Partido dos Trabalhadores em nível nacional e local, que parece anunciar uma espécie de identidade entre as informantes e o Estado. Um fato que ainda interfere nas discussões no conjunto, sendo usado nas entrevistas como uma condição *sine qua non* para a construção do conjunto, e ainda pela ausência de serviços essenciais no conjunto, no momento em que o Partido dos Trabalhadores não estão mais no poder local.

Nadjiedja - Teve, antigamente a gente tinha muito apoio, quando assim, na época de Marina, Milena, Celso, a gente tinha muito apoio da prefeitura que era aquele pessoal do... Antigamente existia o círculo popular né! A gente trazia muitos cursos pelo círculo popular, pela prefeitura, a gente já teve o PET pela prefeitura. Só que hoje em dia a prefeitura não tem mais nada disso, se tem eu desconheço. Quer dizer... Então Neide, todo mundo fala que Neide não faz nada, que ela é a presidente e não resolve nada, não faz nada. Mas hoje em dia não tem aquele apoio que eu tive no meu tempo. Ela hoje não tem o apoio nenhum de buscar, porque é tudo de porta fechada. (2018)

Nesse contexto, as representações sociais a respeito do Estado parecem ter sido resignificado. Essa afirmativa fica evidenciada nos discursos das entrevistadas, que tratam os atores políticos pelo nome anunciando uma relativa proximidade. Diferentemente da década de 1980 conforme coloca Caldeira(1984), o discurso das beneficiárias anunciam uma relativa proximidade entre elas e os representantes do Estado.

Rosa - Ai o presidente Lula falou isso né, as pessoas passaram pra gente isso, que ia tirar a gente o mais rápido possível pra gente não sofrer mais uma vez, mais um inverno ali. Foi quando tirou a gente, a chuva já tava começando foi no mês de março... março, abril, maio né?! No mês de março mais ou menos a gente saiu mais ou menos por aí, começou abriu por aí a chuva já tava começando já e ele tava muito preocupado com a cheia do inverno do rio Capibaribe. Ele tava muito preocupado, com criança com todo mundo que morava ali. Então o presidente mandou que tirassem a gente dali, deu uma ordem, assinou, pra que a gente saísse dali que o inverno tava se aproximando e não era boa, as previsões não eram boas. O rio Capibaribe, a coisa de tapacurá (represa). Era... tem outro rio também que podia... tinha a represa de tapacurá que podia estourar e descer, talvez... o Recife, talvez a gente não suportasse naquele lugar. Então ele mandou a gente sair, Ai deu uma ordem pra gente sair dali, pra prefeitura mandar caminhões pra buscar antes que

começasse o inverno, faz nove anos né, o ano que a gente veio pra aqui eu não lembro direito. Mas a gente tem alí tudo, papel guardado tudo, eu tenho, eu guardei. Pronto, aí a gente ficou esperando até hoje essa escritura, e sempre vinha todo ano pra gente assinar, dizia que era recadastramento, dizia pra assinar pra ver quem ainda tava aqui, que recebeu tava aqui, e se vendeu a outra pessoa se recadastrar. Porque a pessoa comprou mas não se recadastrou, o nome não estava na prefeitura.(2018)

Além disso, uma das condições das políticas habitacionais é que o poder local garanta os serviços essenciais, bem como equipamentos públicos. Assim, foi construído o conjunto próximo do centro de Recife, com serviços de ônibus, distribuição de água, luz elétrica, esgoto e recolhimento de lixo Fonte: (DADOS DA PESQUISA, 2018). Nesse sentido, há uma relativa melhora nas políticas habitacionais, pois, nos anos 1980, como coloca Caldeira (1984), a população beneficiária não tinha garantia de tais serviços, e o que era pior não sabiam onde reclamar. Diferentemente, no conjunto observado, viu-se que os serviços básicos são garantidos, e além disso, há ainda conselhos e membros dos movimentos sociais que estão atuantes no controle da política.

Nadjiedja - A gente ficou sabendo antes. Toda a obra daqui foi acompanhada por uma comissão de moradores, até eu fazia parte dessa comissão, a gente viu... Primeiro a gente conheceu o terreno, depois a construção a gente acompanhou toda. A prefeitura deu a gente todo acompanhamento. Agora a política de social, que eu achei que foi muito pouco, porque assim, até hoje tem gente que não se habituou a morar no conjunto habitacional.

Além disso, como é previsto na política, há um espaço para as reuniões, e a formação de uma associação do conjunto. De acordo com o COTS (2013), esse espaço é pensado tanto para as reuniões como ainda para atividades de geração de trabalho e renda. No conjunto observado, observou-se que embora tenha o espaço o mesmo não é usado para outras atividades. A saída para geração de trabalho e renda foram as barraquinhas construídas nos espaços que serviria de garagens, onde foram colocadas barracas de balas e doces por moradores do conjunto

Figura IX - Conjunto Habitacional atualmente



A autora (2019) Fonte: (ACERVO PESSOAL, 2019)

A figura IX mostra um dos corredores do conjunto que leva a associação de moradores. Mas, como pode ser observado na figura, também precisa de reparos na sua infraestrutura. Vale destacar para além, que a associação de moradores é um importante canal que possibilita o acesso e empoderamento destes grupos. Ou seja, um espaço de organização de classe dentro do contexto de sociedades desiguais e desigualdades sociais. A associação representa assim, um local de luta e desenvolvimentos de novas táticas inspiradas nas teorias (CERTEAU, 1994).

Elena - È seu quinha não sei se vai ser fácil não ,é muito difícil preta é que às vezes mete a cara e faz, que ela não tem mais nada haver ela saiu ,Preta não ganhou quem ganhou foi Neide quem ganhou, foi ela quem ganhou aqui, era para estar associação aberta 24h, o problema é as correspondências às correspondência(2018)

A construção dessas barracas como uma forma de geração de trabalho e renda serve para ilustrar o que (CERTEAU, 1994) denomina de estratégias e táticas. São formas de decisão que a população encontra para solucionar problemas sociais estruturais, criado, através da concepção de visão de mundo do próprio grupo. No conjunto habitacional há uma nova função para o espaço que fora criado pensando na função de uma garagem.

Nadjiedja - Foi muito difícil, porque lá tinha muito morador que tinha comércio né, na sua própria casa tinha comércio e a prefeitura dizendo que quando a gente viesse pra'qui ia ser indenizado e todo mundo ia ser indenizado seus comércios. E quando chegou aqui nada disso aconteceu né! Depois disseram que a gente não tinha direito, que até eu tinha comércio lá também. E que a gente não tinha direito... e que hoje o pessoal fizeram o que? Ocuparam o quarto dos apartamento pra fazer seus comércio pra poder sobreviver. Porque a gente chegou aqui sem sobrevivência nenhuma né. Porque lá a gente não pagava água, não pagava luz.. né! E aqui a gente tinha que pagar tudo isso, condomínio, água, luz. O tanto que, dez anos que a gente tá aqui, poucos apartamento aqui paga água e muitos morador não paga energia.[...]

Em relação ao meio ambiente, observou-se que há acúmulo de lixo e água da chuva, nos levando a questionar sobre a eficiência do projeto técnico social (COTS, 2013). Esse fato nos leva a pensar que não houve todo um tratamento do terreno, e, ainda, a construção de canais para o saneamento básico. Isso, porque nos períodos de muitas chuvas observa-se uma recorrência de doenças entre as crianças do conjunto. Além disso, há uma preocupação constante com o Zika Vírus entre os moradores:

Nadjiedja. [...] Agora a política de social, que eu achei que foi muito pouco, porque assim, até hoje tem gente que não se habituou a morar no conjunto habitacional. Ainda joga lixo pela janela, ainda você vê é muito lixo na rua. Não é que a prefeitura não chamou a comunidade, não falou, não explicou, falou, mas foi pouco. E apesar que, você sabe que... Era tão, a baixa renda que... não sei se explica mais até hoje eles não aprenderam. Por mais que a gente diga que não jogue lixo na rua, que entope as canaletas tudinho, mas até hoje é do mesmo jeito. É pior do que quando era na favela, porque na favela era mais limpo do que aqui. Apesar que na favela tinha a beira rio pra eles jogar né!

Nadjiedja é agente comunitária atualmente, mas, antes de ocupar este cargo, ela atuou na associação de moradores como presidente no início do conjunto habitacional e, como pode ser observado na fala acima, não achou adequada a duração da (ação/ intervenção) realizada pelo Trabalho Técnico Social e sobre este trabalho a citação abaixo destaca a grande contradição corroborado com o depoimento de Nadjiedja.

0

O Trabalho Técnico Social é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento. De acordo com o caderno de orientação do trabalho técnico social, o período é de 180 dias, em que deveriam ser trabalhadas questões relacionadas à participação política, geração de trabalho e renda e ainda meio ambiente (COTS, 2013).

Em outro recorte, uma matéria veiculada pelo diário de Pernambuco (2015) revela o verdadeiro descaso do poder público apontando que:

Lixo acumulado, mato sem capinação, a rede de esgoto há anos não funciona. Os residentes só sabem informar que, por falta de alternativa e vendo fossas esborrando com frequência, apareceu quem desse solução improvisada furando um cano para que os dejetos seguissem para o rio. No quesito estrutura predial, os danos vão além da má conservação. Há fissuras nas paredes com largura de até três dedos, algo que preocupa os moradores, sobretudo em períodos de chuva. “Já pensasse se houver uma tragédia com meus filhos? Deus me livre. Fico vigiando eles para não pegarem nas paredes quando chove porque a água escorre e chega nas tomadas”, conta Vera Emburg, mãe de Ana Catarina (17 anos), Lévi (14) e Gustavo (de 11 anos). Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015)

Assim, outro problema colocado pelos moradores diz respeito ao lixo, sendo o mesmo colocado em frente à creche do conjunto. De acordo com uma das informantes, se o trabalho técnico tivesse sido por um tempo maior poderia não estar passando por aquele problema. Com relação à qualidade da construção, viu-se muitos problemas como foi relatado:

Há danos de construção em vários blocos e quem lá mora não sabe nem mais a quem recorrer para reclamar. “Essa questão das rachaduras a gente reclama desde 2012. Ouvimos promessas da prefeitura e nada até agora”, diz Ivaneide Francisca, atual presidente da Associação dos Moradores - fundadoras das palafitas, residente do Abençoada por Deus e sempre atuante na associação. São muitos os problemas, mas pelo jeito nem o simbolismo da primeira obra do PAC é uma das primeiras do Brasil, que consumiu cerca de R\$ 14 milhões dos cofres públicos, conseguiu mobilizar com eficiência a Prefeitura do Recife e o governo federal. Ivaneide anda pelas ruas por entre os blocos do Conjunto Abençoada por Deus e vai juntando demandas. Passou a responder: 'Uma andorinha só não faz verão. Me ajudem' Fonte: (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2015)

De acordo com o COTS (2013), o período é de 180 dias, em que deveriam ser trabalhadas questões relacionadas à participação política, geração de trabalho e renda e ainda meio ambiente.

Figura X - Conjunto Habitacional com Problemas de infraestrutura



A autora (2019) Fonte: (ACERVO PESSOAL, 2019)

A figura X aponta sérios problemas de infraestrutura. É notório tanto na figura da direita quanto na da esquerda, uma grande rachadura que estende-se do piso ao teto. Mas, o mais intrigante é o depoimento da beneficiária que reside neste prédio especificamente.

Segundo ela, desde o primeiro dia que se mudou da antiga comunidade para o prédio da imagem acima, lhe foi entregue a habitação neste estado. Ou seja, sua família corre riscos reais e se agrava mais ainda o fato de saber, que este prédio se localiza no último andar. Ou seja, se ocorrer uma situação de emergência onde se necessite uma rápida evacuação o deslocamento até o térreo será mais difícil acrescentando a esta equação o fato de que a beneficiária é idosa e possui diversas crianças pequenas ente 1 e 4 anos (netos). Com relação à transferência de família, de acordo com uma entrevistada, se deu em virtude dos riscos da população da favela Abençoado por Deus:

¹⁰**Ekaterin**- Era cheia de palafita, cheio de barraco, quando dava a cheia tinha até peixe dentro de casa. Na minha casa não chegava não, só nas casas que eram mais perto do rio. Na favela tinha bala, rato, gabiru. (2018)

Assim, nota-se que a justificativa para a transferência das famílias é considerada pelo programa, em virtude de localizar as margens de rios. Todavia, o novo conjunto deveria atender à demanda da área ambiental, como estar localizado fora área de preservação ambiental.

Ainda relacionado ao meio ambiente, o projeto técnico social coloca como ação trabalho de base com a população para a garantia da saúde dos/as beneficiários/as. Dentre essas ações tem-se oficina para a conscientização do lixo no entorno (COTS, 2013).

Com relação ao processo de implementação da política, verifica-se tanto nos documentos quanto nas falas das entrevistas, que houve inicialmente um processo de organização social, sendo dado preferência aos mais necessitados:

Elena - Aquele que está necessitado aquele que precisa, se eu tenho uma casa ou um apartamento eu preciso disso aqui no dia em que a prefeitura veio para fazer o cadastro teve muita gente tanto aqui como lá a gente ia nas casa das pessoas a gente entrava em todas as casas sabia das necessidades até aquele lá dentro da maré mas na hora do cadastramento agente iria dizer esse não pode , aí entravam na fila e faziam o cadastro teve gente aqui que tinham casa na vila lá na torre aí ficou de fora gente que precisa aí ficaram no auxílio moradia mas a maioria ficou no auxílio moradia. "[...] formou uma comissão de quinze moradores para ficar acompanhando todo o processo da construção, da mudança... o sorteio de quem, pra onde cada um ia, entendesse... assim, gente pensava que quando viesse iria ser os mesmos vizinhos, a mesma... que já era acostumada a dezesseis anos só que não foi, foi sorteio. Aqui no meu prédio mesmo eu não peguei ninguém vizinho meu e até hoje eu acho um absurdo. Porque lá a dezesseis anos morava a gente era uma família. A gente fazia festa, a gente era um ajudava o outro. Aqui eu moro a dez anos e nunca consegui fazer uma festa, uma confraternização no prédio que eu moro. Assim, o povo cada um é desunido, é cada um por sí. Que eu acho a diferença daqui pra lá, até

¹⁰ Onde houver no trabalho citações em negrito ex: (**Ekaterina**); (**Elena**); (**Nadjiedja**) com final da citação em (2018) são para destacar os depoimentos coletados em campo foram utilizados nomes de mulheres que foram importantes na revolução Russa isso para preservar as identidades das beneficiaria do conjunto.

porque eu acho que nos outros conjuntos deveriam ser os vizinhos a não ser que um tivesse problema com o outro que mudasse né, que quisesse realmente mudar. Porque eu dizia até... paguei até minha língua porque eu dizia até as minhas vizinhas assim: quando eu for me mudar eu quero morar bem longe de vocês, mas... é difícil viu, porque é dez anos e eu ainda não me acostumei." Para enfrentar os desafios, os movimentos sociais defendem a obrigatoriedade do projeto técnico social (Agora a política de social, que eu achei que foi muito pouco, porque assim, até hoje tem gente que não se habituou a morar no conjunto habitacional. Ainda joga lixo pela janela, ainda você vê é muito lixo na rua. Não é que a prefeitura não chamou a comunidade, não falou, não explicou, falou, mas foi pouco. E apesar que, você sabe que... Era tão, a baixa renda que... não sei se explica mais até hoje eles não aprenderam. Por mais que a gente diga que não jogue lixo na rua, que entope as canaletas tudinho, mas até hoje é do mesmo jeito. É pior do que quando era na favela, porque na favela era mais limpo do que aqui. Apesar que na favela tinha a beira rio pra eles jogar né!(2018).

Como se tratou de uma política de transferência o trabalho técnico social aparece como uma exigência, de pelo menos 180 dias. De acordo com as informantes, houve esse trabalho. Entretanto, as mesmas reclamaram do pouco tempo em que o mesmo/a permaneceu, e ainda coloca que se tivesse permanecido por mais tempo talvez não teria morrido tantos jovens. Isso porque o mesmo poderia promover formas de sociabilidade que atenuem tanto as divergências quanto os conflitos inerentes a um espaço sem demarcação política e social. Por se tratar de uma experiência recente, esse projeto não foi ainda avaliado no sentido de se discutir sua eficácia e/ou vantagens e desvantagens de sua adoção. Assim, o presente trabalho traz como proposta a avaliação do mesmo a partir da memória dos atores construtores do conjunto em questão, por entender que o resultado final do mesmo encontra suporte no processo de construção social do conjunto, ou melhor perpassa pela construção de uma identidade coletiva dos/as beneficiários/as.

Em seguida observou-se o processo de construção social do espaço, já que houve o que os geógrafos denominam de desterritorialização. Nesse sentido, observou-se as estratégias de permanências das relações sociais da favela para o conjunto, sendo observado a partir da nomenclatura dos dois, ou seja, tanto a favela quanto o conjunto foi denominado de “Abençoado por Deus”, sugerindo, assim, uma permanência da estrutura social de poder de um no outro.

Isabelle- *E La na comunidade? COMO ERA O NOME DA COMUNIDADE?*
Elena - a mesma coisa daqui, não mudou nada agente não mudou nada, era a favela abençoada por Deus, aqui ficou conjunto Habitacional abençoado por Deus, agente não mudou nada.

Todavia, o nível de violência pode ser um dos indicadores de que não houve essa permanência estrutural. Nesse contexto, pode-se compreender a construção do espaço social a

partir de uma colocação de Maricato (1999): "um lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar" anunciando o desafio de construção de pertencimento com atores diversos, sem uma identidade coletiva para habitar num mesmo espaço.

Elena -aqui é muito maravilhoso visse, mas eu era mais feliz na minha favela! eu desço para tomar um arzinho mas eu fico lá assim olhando de um lado para outro , par var se qualquer coisinha eu vejo aí eu subo correndo e me tranco,aqui não tem não como você ficar a vontade tomar uma respiração não, mas sou feliz aqui.(2018).

De acordo com uma das informantes houve uma participação efetiva dos/as beneficiários/as no processo de construção do conjunto. Todavia, ela ainda se refere à favela como um local melhor de se viver:

Elena - era maravilhosa lá, era ótima minha favela, eu amava minha favela! Dormia de porta aberta a hora que eu queria , o que tem aqui é cada coisa feia.a que você escuta zuada de tiro aqui sabe só a misericórdia do divino espírito santo no início aqui foi muito violento (2018).

Com esse depoimento viu-se que a identidade da favela ainda sobrevive, anunciando dificuldades da permanência da organização social do/a beneficiária. Correlacionando o depoimento de campo acima a luz de Augé (1994), é possível identificar que a entrevistada não se “identifica com o novo lar” mostrando o sentimento de não pertencimento vinculado ao território levando a supor uma noção de um *não lugar* se considerar o ponto de vista antropológico e, como não tem outro território em vista no momento, que a entrevistada possa residir, ela se vê obrigada a conviver com outras famílias que moram em mesmo território mas, que necessariamente não significa que são seus pares.

Para Augé (1994) o *não lugar* tem como características centrais, a alta rotatividade, o (espaço/território) é utilizado para fins comerciais e o autor destaca tais locais com as seguintes características: Aeroportos; shoppings; grandes comércios e outros do gênero. Segundo Augé (1994), o *lugar* tem como características centrais: a experiência de troca, a convivência entre seus pares, a ajuda mútua (rede de apoio) e o local não é utilizado com finalidades comerciais e sim para descanso, lazer, dormida, habitar e outros.

Elena,- Sabe, aí eu entrava aqui e vinha olhar os apartamentos, as pessoas que faziam parte da comissão não foram sorteados, eles tiveram o direito de, a gente pode escolher o apartamento ,qualquer bloco assim. aí eu vinha olhar tudo, como ia a construção, aí quando foi o dia que tirou para agente vir escolher o da gente e depois fazer o sorteio das pessoas.(2018)

Nessa fala, é possível vislumbrar o jogo interno político das lideranças que estavam a frente do processo habitacional a partir das influências que possuíam, foram-lhes permitidos

total acesso para escolher em qual apartamento iriam morar. Embora, tenha havido participação social, verifica-se que o estado se organiza de uma forma singular que neutraliza as decisões tomadas no coletivo, como é colocado pela informante:

Elena - ninguém quis que fosse pela caixa, ninguém na reunião ninguém aceitou, aí eu disse gente não é melhor fazer um documento pela caixa não, "não porque a gente vai ter que pagar como é que a gente vai pagar, aí eu disse mas gente aí agente vê, faz uma reunião, "não não agente vai ter que pagar", aí fizeram uma ata para todo mundo assinar, aí ninguém assinou, aqui era para ser um condomínio fechado não era para ter isso não, o portão porque esse era para ser o fundo do condomínio (a área que sai na av. Maurício de Nassau) "mas muita dificuldade para comprar as coisas a gente vai comprar as coisas na loja e para o caminhão entrar teria que fazer o arrudeio todinho, eu me arrependi, ter aberto o portão porque era um portãozinho aqui estreitinho só tinha entrada e saída, mas a pista principal é esta daqui, mas não era para ter aberto não, era para agente ter concordado ter colocado na pauta e ter assinado tudinho bonitinho pra gente ter uma pessoa aqui tomando conta fazer uma guarita, para uma pessoa ficar aí tomando conta para ser organizado era para ser assim do jeito que a caixa sinalizou que era para ser assim (2018).

Vale ressaltar que não se trata de uma condição específica desse conjunto. Vários outros conjuntos vem reclamando a falta de interesse das instituições financeiras com relação às classes populares, podendo ser considerado uma das formas de manutenção do poder por parte do Estado, como é evidenciado por Bourdieu (2017).

Nesse processo de compreensão da implementação dessa política, nota-se que como a maioria dos/as beneficiários eram mulheres, questiona-se se foi esse uma das condições para que não fossem considerado as exigências das beneficiárias?. Assim, a seguir reflete-se em que medida a identidade de gênero incide sobre o processo de construção social do conjunto.

A memória do Rural no espaço urbano: as moradoras do conjunto, embora estejam vivendo num espaço denominado pelas instituições como espaço urbano, preservam práticas sociais e disposições dadas no espaço rural, como a manutenção de relações pessoais, a socialização da educação das crianças e ainda a prática de se sentarem na calçada no sábado a tarde. Fazendo dessa prática uma referência de socialização.

A faixa etária variou de 20 a 60 anos, tendo origem na área rural do estado de Pernambuco e se deslocando para a cidade ainda criança- 11 anos- para trabalhar como empregada doméstica na busca por melhores condições de vida. As diferenças geracionais e a origem rural ou urbana se expressam também nos relatos, da dificuldade de acesso à educação e sua relação com a construção dos papéis masculinos e femininos, também é possível ver a mudança de discurso sobre como a educação passa a ser percebida como algo importante. Essa desvalorização da educação e sua relação com um contexto social, geracional e de construção dos papéis de gênero.

6. RESULTADO REFLEXIVO

De imediato, o processo de avaliação de uma política pública exige as considerações políticas, econômicas e sociais que permearam o imaginário coletivo nos últimos 20 anos. Isso porque a discussão mais em voga junto aos movimentos sociais se trata do meio ambiente. Essa tem sido a pauta principal dos eventos promovidos pela ONU, em que se articulam a questão habitacional e ainda o modelo capitalista, responsável pela intensificação da pobreza e pelas desigualdades estruturais.

O processo de construção desse histórico partiu dos relatos das memórias das beneficiárias do habitacional. Assim, o conjunto habitacional Abençoado por Deus, como as diversas políticas habitacionais, também se tratou de uma remoção de habitantes de uma área de risco ambiental, conforme coloca o relatório sobre o conjunto.

O projeto de urbanização direcionado à comunidade denominada “Abençoada por Deus” consiste da construção de um conjunto habitacional no Bairro da Iputinga com respectiva infraestrutura, transferência da população do local onde se encontra atualmente assentada no bairro da Torre para o Habitacional e recuperação ambiental da área degradada pela atual ocupação. A comunidade encontra-se assentada em condições sub-humanas, em área confinada entre o rio Capibaribe e a Vila Santa Luzia no bairro da Torre, na cidade do Recife, ocupando a margem direita do rio e parte do seu próprio leito em uma faixa que se estende por cerca de 1 km entre o supermercado Carrefour e o CAIC da vila Santa Luzia. Ao lado da ocupação irregular de uma área “não edificada” e da precária condição de vida da população que vive em extrema pobreza, observa-se uma progressiva deterioração ambiental do local Fonte: (DADOS DA PESQUISA, 2018).

Assim, nota-se que a construção do conjunto habitacional se deu em função das condições precárias do assentamento. Além do relatório, as informantes reificam as experiências dos alagamentos do Rio Capibaribe. Esse conjunto tem início em 2002 e é entregue à população em 2008. *Ekaterina - Era cheia de palafita, cheio de barraco, quando dava a cheia tinha até peixe dentro de casa. Na minha casa não chegava não, só nas casas que eram mais perto do rio. Na favela tinha bala, rato, gabiru (2018).*

A história do habitacional inicia-se na comunidade em 1994, que localizava-se no bairro da torre, junto da vila Santa Luzia que situava-se a beira do rio Capibaribe por trás do Carrefour. Nesse sentido, a situação das 428 famílias era de risco por causa das constantes enchentes que ocorriam nos períodos das chuvas. Além disso, de acordo com as informantes haviam uma proliferação de baratas, ratos, e esgoto a céu aberto.

No discurso atual, a participação social, ou melhor a mobilização social tanto das classes operárias quanto das mulheres adquiriu um relativo valor social, que de imediato anuncia uma ruptura com uma série de estigmas sociais, na perspectiva de GOFFMAN (1963). Nesse contexto, parece haver uma mudança de visão de mundo e representações sociais em relação às classes sociais, a condição racial e de gênero, fatores, referenciado por Goffman (1963) que, historicamente serviu para a desclassificação social do sujeito.

Numa primeira leitura das entrevistas, notou-se uma constante referência ao partido político que se encontrava no poder no período de construção do conjunto. A forma como as entrevistadas se referem ao mesmo, nos leva a compreender um relativo valor social, anunciando uma relativa identidade com o Partido dos Trabalhadores. Um fato que culmina ou contribuiu para uma maior proeminência das mulheres através das políticas públicas. Nesse contexto, há uma articulação entre diversas políticas no sentido de proporcionar uma mobilidade de um grupo específico formado por mulheres marcada por experiência de classe, gênero e cor. No contexto político, vale lembrar que nos últimos 30 anos, o contexto político tem contribuído para uma nova classificação social com as políticas de identidade (FRASER, 2006).

Todavia, o imaginário coletivo ainda se ancora numa perspectiva estereotipada de classe, gênero e raça. Isso pode ser notada nos vários depoimentos e, mesmo, na atuação do Estado ao tratá-los com truculência como coloca uma das entrevistadas. Além disso, verifica-se o des-valor desses atores nos espaços de decisão política. Um fato que desmotivam os beneficiários/as, no entanto, quando os mesmos forjam a aceitação enfrentam um verdadeiro drama social, pois tais ações vão contra uma estrutura social.

Aleksandra- "HOMENS"(policiais) entram nas casa sem pedir invadem mesmo quebram cadeado tiram correntes, La não tinha isso , la todo mundo respeitava , todo mundo respeitava todo mundo,que os Homens quando entram acham que todo mundo é igual a todo mundo, la quem tinha seus vícios era escondido e todo mundo respeitava, eu mesma não gosto daqui não eu moro aqui porque não tenho onde morar porque preciso mesmo, mas que eu gosto não, agente morava em barracos né.

Outro fato que anunciam ainda o drama social, se trata da vida nos prédios, que aciona uma representação de modo de vida, que não se realiza no mesmo. Um fato que nos leva a discussão em torno dos desafios criado pela mobilização social, dado em função da aquisição da casa, do rompimento com uma condição de pobreza e, por fim, de uma possível classe social.

Entretanto, o que se viu foi um processo de resistência por parte de sujeitos e instituições concorrendo por não permitir um possível empoderamento por parte do grupo

beneficiário/as dos apartamentos. Um processo que nos remete ao que Pierre Bourdieu denomina de forças do campo social. Para o autor vários atores vão concorrer no sentido de não permitir a mobilidade social do grupo. Isso fica evidente nos fatores como violência, na truculência do estado, na resistência de instituições como a Caixa, e, ainda, do Poder local ao negligenciar a questão da documentação.

Nesse contexto, é que se insere o empoderamento de mulheres que, embora, recorre ao capital escolar e ainda ao capital político como uma forma de romper com as condições naturalizadas dada pela condição de classe e gênero, tem encontrado muita resistência por parte dos atores sociais.

Enquanto estratégia de construção do espaço, uma das coisas que chama atenção se trata da nomeação do conjunto com o mesmo nome da comunidade de origem. Isso nos leva a crer que já existiria uma identidade coletiva, construída anteriormente. Nesse sentido, acreditava-se haver uma relativa continuidade da comunidade no conjunto habitacional. De acordo com as informantes, acreditava-se que o processo de demarcação do espaço não fosse conflituoso.

A violência pode ser entendida como um processo de demarcação de territórios. Inicialmente, ali se trata de um não lugar conforme considera a perspectiva de (da antropologia). Nessa a construção do lugar se concretiza enquanto um espaço de pertencimento num novo espaço, socialmente construído. Esse processo se dá mediante a colaboração de atores sociais que desenvolva determinado sentimento de pertença através de uma identidade positiva. Isso porque como coloca Goffman (1963), no contrário de uma identidade deteriorada, a positiva faz com que tais sujeitos/às tome posicionamento marcando e demarcando espaço. Numa perspectiva prática, nota-se que a construção de uma identidade coletiva na solução dos problemas diários se torna uma estratégia de empoderamento dos atores e atrizes beneficiárias da política. Assim, caberia ao técnico social ações nesse sentido.

Nos experimentos narrados encontramos inscritas identidades peculiares, memórias de construção inter-relacionada com experiência de exclusão e de ação social, diferentes disputas políticas - mesmo que não sejam conscientemente evocadas, ou mesmo socialmente reconhecidas -, e distintos lugares do político que se fala. Como já dissemos, a reivindicação de memória é também história; uma história que autoriza e reconfiguram identidades e pertencas, reeditando regimes de temporalidades.

No âmbito de atuação das informantes, refletir sobre a dinâmica entre a prática organizativa delas e o fluxo de deslocamento que realizam, em função de uma qualificada experiência associativa, quem sabe, possibilitaria diluir parte das muitas imagens negativas

instituídas em torno do ‘sujeito, no que denominamos de identidade deteriorada e da ‘ação coletiva popular’, repensando seus fluxos, impasses e possibilidades de ocupação na atual conjuntura.

Uma questão que causou transtorno foi a separação da rede de apoio, ou seja, o esfacelamento de territorialidade que todos a seu modo tinham na favela e que no conjunto por causa do modo como foi feita a distribuição dos apartamentos ,passaram a não ter mais em virtude da situação de “quebra de laços afetivos” é que houve atritos e desconforto.

A alegria de terem conquistado uma nova ‘casa’ longe das enchentes e demais problemas enfrentados na comunidade de palafitas tinha seu contraste com a violência presente no período da pós ocupação do conjunto habitacional, quando os moradores sentiam-se constantemente ameaçados com incursões frequentes das diferentes polícias e o tratamento dispensado aos moradores (como potenciais suspeitos apenas por morarem no conjunto habitacional), tiros disparados cotidianamente fizeram crescer a sensação de estarem morando em um território em guerra. A volta para a casa tornou-se um momento de insegurança e para algumas pessoas o sentimento de segurança só era sentido quando dentro do apartamento fechado a chave. Algumas normas não escritas começaram a ser implantadas por causa da violência, um horário de recolher presente na fala da mãe que avisa a filha que durma na casa de uma colega devido a hora avançada e os perigos presentes na volta para casa. Essas circunstâncias contribuíram para construir um problema em relação ao sentimento de pertencimento das moradoras com o local.

Diante das questões supra citadas e Fazendo a articulação entre Políticas Publicas e os saberes de ERGONOMIA, ECONOMIA DOMESTICA e o TRABALHO TECNICO SOCIAL , vê-se a importância de um profissional com uma visão ampla para um atendimento mais eficaz as necessidades dos beneficiários/as das Políticas ofertadas pelo Poder Publico.

A/o economista Domestica/o se encaixa no projeto técnico social obrigatório nos projetos de construções de habitacionais, fazendo a ponte entre poder publico, comunidade e também com as universidades que tenham interesse em realizar ações tanto em comunidades urbanas ou rurais ou até mesmo nos conjuntos habitacionais recentemente construídos, as ações giram em torno das três áreas de atuação do profissional citado que são: ARTE HBITAÇÃO e VESTUARIO, ALIMENTO NUTRIÇÃO e SAÚDE e DESENVOLVIMENTO HUMANO, o economista domestico/a esta apto a realizar Palestras de conscientização ambiental, reciclagem de lixo e também de orçamento domestico igual a que foi ofertada as beneficiarias/os do conjunto apresentado neste trabalho ,palestra esta

articulada pelos estudantes participantes de um projeto de extensão do curso de Economia doméstica vinculado a UFRPE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto que deu origem a essa Monografia tem como objetivo realizar uma avaliação ergonômica do conjunto habitacional “da RPA – 04 Iputinga”. Todavia, antes de apresentar uma avaliação objetiva das variáveis definidas pela tradição ergonômica viu-se a necessidade de compreender o processo de construção física e social do conjunto em questão. Isso porque, muito embora o aspecto ergonômico seja defendido pela ONU Hábitat, a sua implementação requer do beneficiários/as reivindicação na forma de um direito.

Essa condição perpassa pela ruptura com visão de mundo, ou seja, com uma cultura em que o Estado tem dono e se distancia, sobremaneira, da sociedade civil. Já prevendo o desafio da participação política, a política habitacional vem com a obrigatoriedade do trabalho técnico social, e aí questiona-se: em que medida o projeto técnico social contribuiu para o empoderamento de mulheres, negras e pobres? Essas beneficiárias conseguiram romper com as amarras da cultura sexista? A mesma contribuiu para a emancipação social?

Esses questionamentos foram avaliados a partir da análise qualitativa de falas das beneficiárias que participaram do processo de construção física e social do espaço. Através das Memórias foi construindo a História do Primeiro Habitacional construído com a verba do PAC do Recife, criando, assim, condições para avaliar o resultado do projeto técnico social previsto pela política.

De acordo com os dados, viu-se que o programa analisado seguiu as prescrições da política habitacional no que se refere à exigência de mulheres chefes de família entre os/as beneficiários/as preferenciais. Todavia, isso implica em novos desafios, como promover o processo de emancipação social, que requer do grupo a ruptura com olhares naturalizados no contexto da condição de gênero e classe.

Um dos primeiros desafios encontra-se a participação política de mulheres, já que a política da preferência esse grupo, que, por sinal trazem marcas de classe e gênero como foi observado entre as informantes.

No contexto político esse sujeito deve buscar por garantias de seus direitos na condição de cidadã. No que se refere à política, implica em ter suas falas respeitada, o que não foi aceito pelo estado, no que se refere à vinculação da política e ainda da documentação de

posse do mesmo. Isso nos leva a concluir que o grupo não conseguiu romper com um Estado centralista.

Esse estado ainda reifica seu poder através de ações policiais, tratando os/as beneficiários/as com truculência, sendo entendido pelas informantes como uma falta de respeito com o grupo. Assim, a forma de tratamento da polícia anuncia ainda uma representação social do grupo como ‘marginalizados/as’, quando não apresenta um fato objetivo para legitimar suas ações.

As formas de ação do estado tem concorrido para uma intimidação da população beneficiada, ou seja, do grupo de mulheres que trazem marcas de classe e gênero. O que dificulta o empoderamento das mesmas, reificando assim a condição de classe e sexo por parte do estado.

Uma condição em que anuncia o prejuízo do projeto técnico social. Isso porque o mesmo ancora-se na Prefeitura Municipal, a maior beneficiária do não empoderamento do grupo. Assim, o poder local não tem interesse de promover um trabalho técnico social com efetividade, promovendo a emancipação social.

Em seguida, observou -se que a política faz exigências com relação ao meio ambiente. Nisso também fica evidente uma preocupação com a saúde dos/as beneficiários/as. Todavia, essas demandas exigem uma nova tomada de posição dos/as beneficiários/as do conjunto, promovido pelo trabalho técnico social. Ao ver as condições do conjunto conclui-se que o trabalho técnico não foi eficiente, talvez em virtude do pouco tempo, que foi de 180 dias.

Com relação aos aspectos ergonômicos previsto pela ONU Habitat, viu-se que o grupo beneficiário/a deveria ter reivindicado no processo de construção do conjunto. Assim, embora as informantes tenham participado não conseguiram se impor frente as instituições participante do processo.

Finalizando a análise dos discursos temos às questões ambientais e de saúde, esgotos a céu aberto, muito lixo e a violência traz às pessoas que habitam no conjunto, a sensação que não saíram da favela só mudaram o endereço, trazendo com isso a não perspectiva de futuro dentro do Habitacional.

Mas como a História vivida não é estática, Muitas águas vão passar embaixo dessa ponte, Já que nesta Monografia contamos só o início da história do Conjunto Habitacional da RPA – 04 Iputinga, que ainda está com dez anos de construído, restando a seus moradores a responsabilidade de articulação para resolver os problemas apontados em suas falas.

8. REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**/ Marc Augé, Tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papirus, 1994. -- (Coleção travessia do século) Bibliografia. ISBN 85 308 0291- 8

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 6ª. Ed.; Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 4ª. Ed., São Paulo: Hucitec. 1988.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Arq. Urb. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismos, São Paulo, nº01, p. 70-104, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../bpsociais/bps.../ensaio5_alexandre.pd...://ustj.br/arq.urb/numero_05_180908.pdf>. Acessado em 10/11/2011.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Arq. Urb. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismos, São Paulo, nº01, p. 70-104, 2008. Disponível em <[htt://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../bpsociais/bps.../ensaio5_alexandre.pd...://ustj.br/arq.urb/numero_05_180908.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/.../bpsociais/bps.../ensaio5_alexandre.pd...://ustj.br/arq.urb/numero_05_180908.pdf)>. Acessado em 10/11/2011.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Simbólica**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2002.

_____. **Espaço social e espaço simbólico**. In: _____. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 2017.

BRASIL. 2009a. **COTS – Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília, DF: Gerência Nacional Gestão Padronização e Normas Técnicas (GEPAD)**, Superintendência Nacional Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável (SUDES), Caixa Econômica Federal.

_____. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos M Cidades Programas Urbanos. vol. 4. Brasília, nov. 2004. 104 p. Portaria nº 610, de 27 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> > Acessado em 07 /11/ 2011.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CAIXA. **Cartilha completa Minha Casa Minha Vida**. 2011. Disponível em <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF> Acessado em 03/2012.

_____. **Habitat Brasil/BID**. 2019. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/> Acessado em 03/04/2019

_____. **Habitat Brasil/BID**. 2019. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/saiba_mais.asp> Acessado em 03/04/2019

CALDEIRA, T. P. R. **A Política dos Outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. Editora Brasiliense. 1984.

CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:1. Artes de fazer**/ Michel de Certeau: Tradução de Ephraim Ferreira Alves.- Petrópolis, RJ:Vozes, 1994. 9 ed“ Nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard”. ISBN 85.326.1148-6

DA MATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou como Ter "Anthropological Blues"** 1978, p. 9 Disponível em < http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_27.pdf> Acessado em 03/04/2019

ELIAS, N; SCOTSON, J. S. **Os Estabelecidos e os Outsiders sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar Editor. RJ. 2000.

FAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. SP: Ática, 1993.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro; Graal, 11ª. Ed. 1988.

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era ‘Pós-socialista’**. In: Caderno de Campo, SP n. 14/15, 2006.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 41ª. Edição, Rio de Janeiro, Recorde 2000.

FLICKR. **Conjunto Habitacional Abençoado por Deus - 1º Obra do PAC no Brasil**. Disponível em<<https://www.flickr.com/photos/marina/2661803681>> Acessado em: 19/07/2019

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. LTC editoras. Rio De Janeiro. 1989.

GOFFMAN, Ellen. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde soc. [online]. 2004, vol.13, n.2, pp. 20-31.

GOMES, Ilse . **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e Validade**. Tradução: Flávio Beno Sibeneicher. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. RJ.: EDUFF, 1997.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi e MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento**. 2009. Disponível em<
http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf> Acessado em 20/11/2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. Org. Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

KOWALTOWKI , D. C. C. K., LABAK, Lucila et all. **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida** In: Construção e Meio Ambiente. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Coletânea Habitar - vol. 7 - Construção e Meio Ambiente) Disponível em: http://www.habitar.org.br/ArquivosConteudo/ct_7_cap5.pdf> Acessado em 03/04/2019

LAPLANTINE, F. TRINDADE L. **O que é imaginário**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LIMA, Ivana Stolze. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Mana [online]. 1999, vol.5, n.2, pp. 183-186. ISSN 0104-9313.

LOURO, G.L. **Nas redes do conceito de gênero**. In: Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. Legalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000, Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10/ 2011.

_____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, s. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Fernanda Martinez de. **Inclusão social a partir do direito à moradia: programa Recife sem palafitas**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, [S.l.], v. 9, n. 44, nov. 2004. ISSN 2236-5710. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/44033>>. Acesso em: 21 Nov. 2018. doi :<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v9n44.44033>.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RECIFE. **Secretaria de Habitação**. 2019 Acessado em <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/sechabitacao/programas.php>> Disponível em 03/04/2019

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social** / Editores e Coordenadores Marcelo de Andrade Romero e Sheila Walbe Ornstein. -- Porto Alegre : ANTAC, 2003. -- (Coleção Habitare).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

_____. (1969 a) **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. Posteriormente, o livro passou a ser editado pela Ed. Vozes Ltda: 1976, 1979. Em inglês, sua publicação é de 1978: *Women in Class Society*. Nova Iorque, Londres: Monthly Review Press

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCOTT, Joan. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHNEIDER, Graziela. **A Revolução das Mulheres: Emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017

SILVA, Francisco Carlos da Cruz Silva. **Controle Social: reformando a administração para a sociedade**. In: Tribunal de Contas da União. Prêmio Serzedello Corrêa 2001 Perspectivas para o Controle Social e a transparência da administração pública. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2002.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNESCO. **Direito à moradia adequada**. 2013/Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.76 p., il.Incl. Bibl. ISBN: 978-85-60877-36-21. Brasil I. Título II. Série/ Corporate author:Brazil. Secretariat for Human Rights of the Presidency of the Republic [13]

Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf> > Acessado em 03/04/2019

UFPE. **Esqueceram de cuidar das pessoas**. 2019/ UFPE - Todos os direitos reservados - Copyright ©2019 / Política de Privacidade. Disponível <

https://www3.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=21333:esqueceram-de-cuidar-das-pessoas&catid=731&Itemid=22> Acessado em 03/04/2019

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves, (Org.). **Participação Popular. In. Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

TOLEDO, Cecília, **GÊNERO & CLASSE**, São Paulo,2017, Editora sundermann,

WOORTMANN, K. **Casa e Família Operária**. Disponível em: <

[file:///C:/Users/angel/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/6139-Texto%20do%20artigo-15828-1-10-20180611%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/angel/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/6139-Texto%20do%20artigo-15828-1-10-20180611%20(1).pdf)> Acessado em 28/01/2019

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Entrevista Guiada

Data: /08/18

Duração:

Local: Casa da entrevistada

Data de nascimento:

Sexo: Feminino

Estado em que nasceu: PE

ENTREVISTA :

- Qual o nome da Senhora ?
- Quando você nasceu?
- E o Estado em que você nasceu?
- Como você se declara em relação a sua cor ou raça?
- Você ainda estuda? Já concluiu o ensino médio?
- E a sua ocupação hoje? Seu trabalho? Você trabalha? Aqui na comunidade?
- Você veio morar no conjunto com quantos anos?
- Da época que vocês chegaram aqui no habitacional, o que você acha que mudou e o que você acha que permanece a mesma coisa?
- Qual bloco você mora?
- Todos os moradores do bloco eram seus vizinhos na favela?
- As pessoas que vieram morar no início, continuam até agora?
- Mas como você vê isso?
- Em relação ao futuro , como você vê o futuro aqui?
- Mas quando você fala assim: "espero que mude", fica muito vago pra gente. O que você quer realmente que mude?
- A senhora não fez outro curso depois?
- E a senhora se mudou pra lá, a senhora lembra mais ou menos que ano?
- A sua casa lá na comunidade tinha quantos vãos?
- E no conjunto você acha que mudou muita coisa nesses dez anos ?
- E a questão dos meios de subsistência, assim, do trabalho? Como foi esse processo de transição de lá? Porque lá vocês tinham uma forma de trabalhar, de se manter diferentes daqui?
- E essa questão da implementação da política Como foi isso na comunidade? Foram agentes da prefeitura que foram na comunidade p'ra dizer que vocês seriam realocados ou foi uma ação da comunidade de buscar...?
- E aí.. No caso a prefeitura que mandou os agentes lá pra falarem com vocês nesse processo anterior a realocação pra cá? Foi a prefeitura que buscou contato com a comunidade sobre essa política?
- E lá na comunidade, vocês tinham algum sistema de liderança comunitária ou alguma organização? Ou isso foi acontecer apenas depois da realocação?
- Aí como é que você lembra desse processo de mudança pra cá? Essa questão de sair de lá da comunidade onde vocês moravam e tentar se organizar aqui no habitacional?
- Mas aí, a organização da associação aqui de vocês. Como foi esse processo de vocês se organizarem na associação?

- Desde que vocês vieram pra cá, nesse processo de organização da associação. Vocês tiveram algum momento de buscar a prefeitura pra alguma coisa aqui da comunidade?
- Mas você atribui isso a que, não ter o apoio da prefeitura? Você atribui ao cenário político de hoje?
- Agora, esse pessoal que você citou. Essas pessoas, esse Celso... eram moradores aqui da comunidade?
- Entendi. Eram da Secretaria de Habitação?
- Desde a relocação até agora, o que é que você percebe das transformações que aconteceram aqui no Conjunto? De quando vocês chegaram aqui pra hoje?
- E em relação ao futuro... A gente falou do até agora. Em relação ao futuro o que é que você tem como perspectiva de futuro?
- Mas, por conta de que você mais ou menos visualiza isso?
- Só uma pergunta...O que é que você acha da mulher na política?
- Quem fez a mobilização do mutirão de ano novo?
- Na sua gestão você pensou em formar vínculo com alguma universidade, pra trazer algum curso?
- Mais assim, quanto a metragem dele o que você acha?
- Porque a senhora escolheu esse aqui?
- A- Porque você não escolheu outro ?
- A senhora era de onde a senhora morava ?
- Todas as famílias que vieram para cá eram de lá ?
- E como foi no início à articulação com a prefeitura?foi a prefeitura que foi lá o foi o pessoal da comunidade?
- Mas teve muita gente que voltou para lá depois que veio para cá?
- O que a senhora entende por escolher bem?
- Quanto é o auxílio moradia ? a prefeitura paga o auxílio moradia?
- E lá na comunidade ? COMO ERA O NOME DA COMUNIDADE?
- A situação lá de moradia lá como era ?
- Morreram muitos jovens aqui?
- você trabalhava onde numa casa ?
- A senhora trabalhava muito na associação? porque lá na favela tinha associação né? se reuniram a partir do que ?
- Foram mulheres que a senhora conhecia foram homens?
- Vocês não tiraram ninguém aqui para se tornar vereador?
- Esse assunto me interessa o que é esse sair água ? sair água da onde?
- Qual a medida dos apartamentos daqui a senhora sabe?
- E a caixa passou este documento para o nome da senhora ou não?
- Vocês discutiram algumas normas para se tratarem aqui dentro?
- o carro do lixo quais os dias que passa aqui ?
- Foi uma briga que valeu a pena?
- Porquê ?
- Tem muita gente por metro quadrado?
- pela caixa para quem estava pagando terminaria agora em dez anos?
- Qual as consequências de ser pela caixa ?
- eles não dão os documentos de posse não?
- Você foi na secretaria de Habitação?
- E porque ela não mora aqui com você?
- Como foi o traslado da senhora de lá para cá?
- A situação de quando vocês se mudaram como foi à situação?

Anexos

Figura II - Local geográfico onde se situava a antiga comunidade.....	13
Figura III - Planta de situação da antiga comunidade.....	13
Figura IV - Tipos de habitações construídas na antiga comunidade.....	14
Figura V – Planta de situação do atual Conjunto Habitacional.....	15
Figura VI - Localização geográfica do novo conjunto habitacional.....	16
Figura VII - Conjunto habitacional antes e depois.....	17
Termo de consentimento.....	73

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____,

DECLARO para fins de participação em pesquisa, na condição de entrevistado(a), que fui devidamente esclarecido sobre o trabalho " *Avaliação do Projeto Técnico Social do Conjunto Habitacional Abençoado por Deus, na Cidade de Recife/PE*, desenvolvido por _____, coordenado pela Profª Ângela Maria Miguel, do Departamento de Ciências Domésticas Universidade Federal Rural de Pernambuco, quanto aos seguintes aspectos: a)- Justificativa, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa; b)- Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia; c)- Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado; d)- Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando-lhe absoluta privacidade; e)- Participação voluntária na pesquisa, sem ressarcimento das despesas da participação na mesma. DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto ser voluntário desta pesquisa.

Recife, _____ de _____ de 201__

Assinatura do Declarante